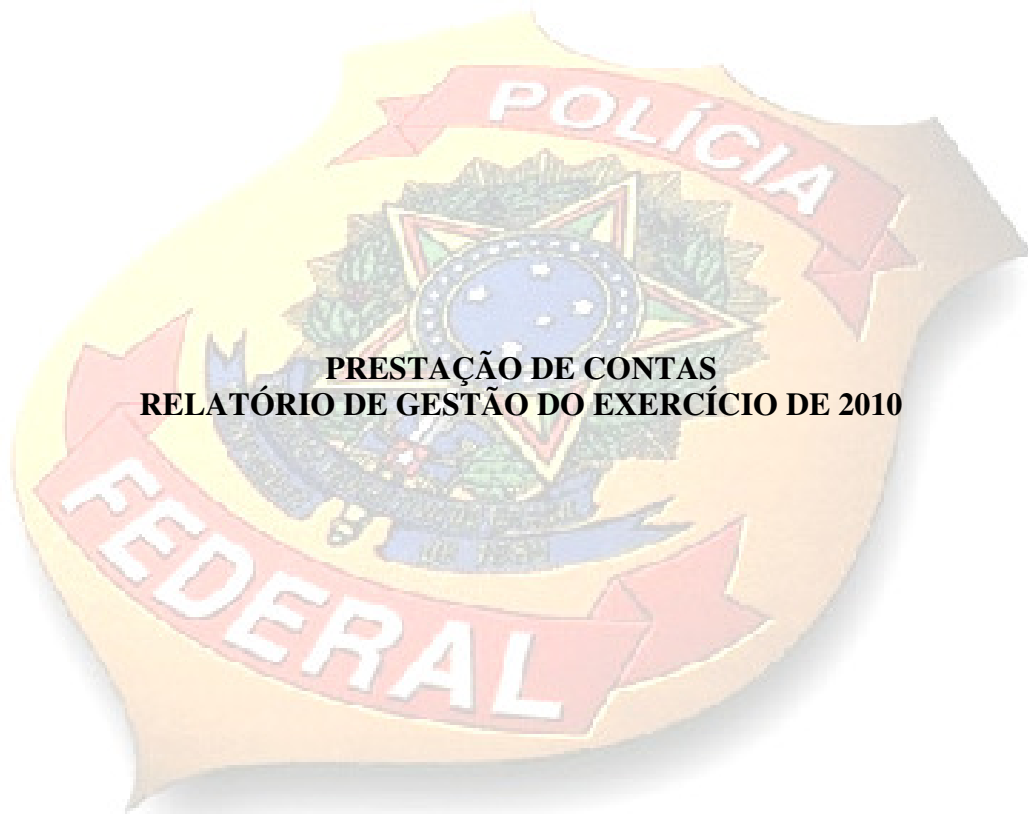




**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**



PORTO VELHO - 2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

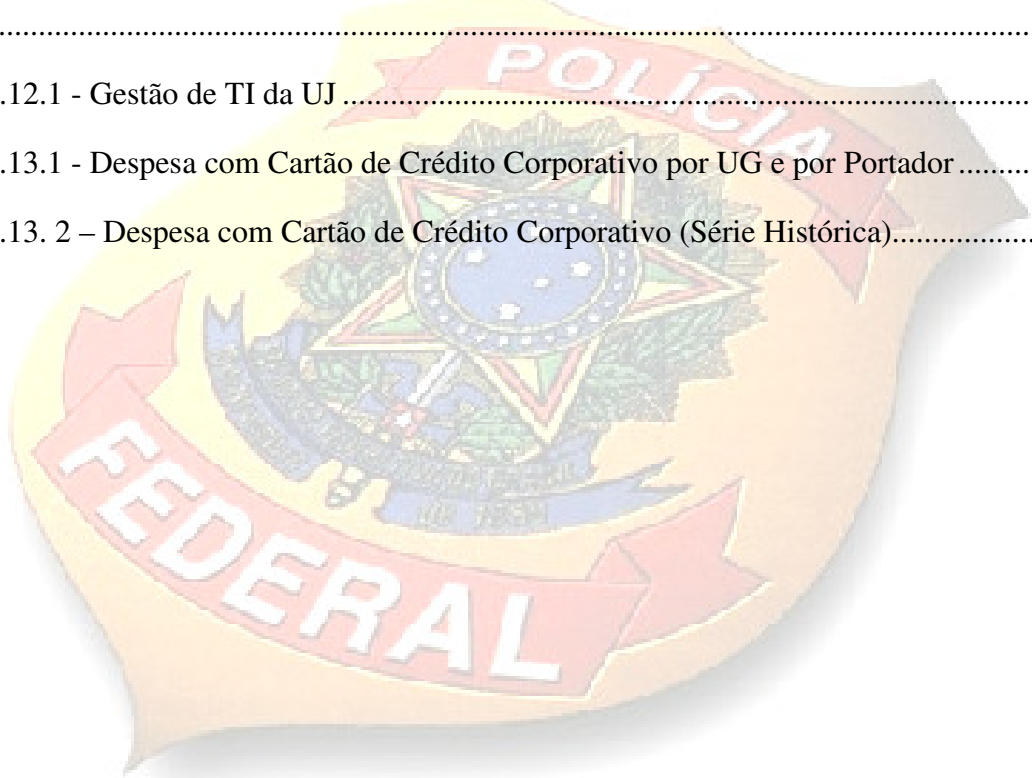
LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim/RO
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-paraná/RO
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO
DRE - Delegacia de Repressão a Entorpecentes
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
GRFIN - Grupo de Repressão a Crimes Financeiros
LOA – Lei Orçamentária Anual
N/A – não aplicável
N/D – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PMA – Plano de Metas Anual
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCART – Sistema Cartório
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
SR – Superintendência Regional
SR/DPF/RO – Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim/RO
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-paraná/RO

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	13
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0073.....	17
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087.....	18
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750.....	19
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353.....	20
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453.....	21
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662.....	23
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	28
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	29
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200378	31
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200379	31
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200378	33
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200379	33
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200378	34
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200379	34
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200378.....	36
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200379	36
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	37
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada 31/12/2010	37
Quadro A.5.6 – Composição do quadro de estagiários.....	38
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	38
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	39

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	39
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	40
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	42
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	43
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	45
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros...45	
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	46
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	47
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	49
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	50

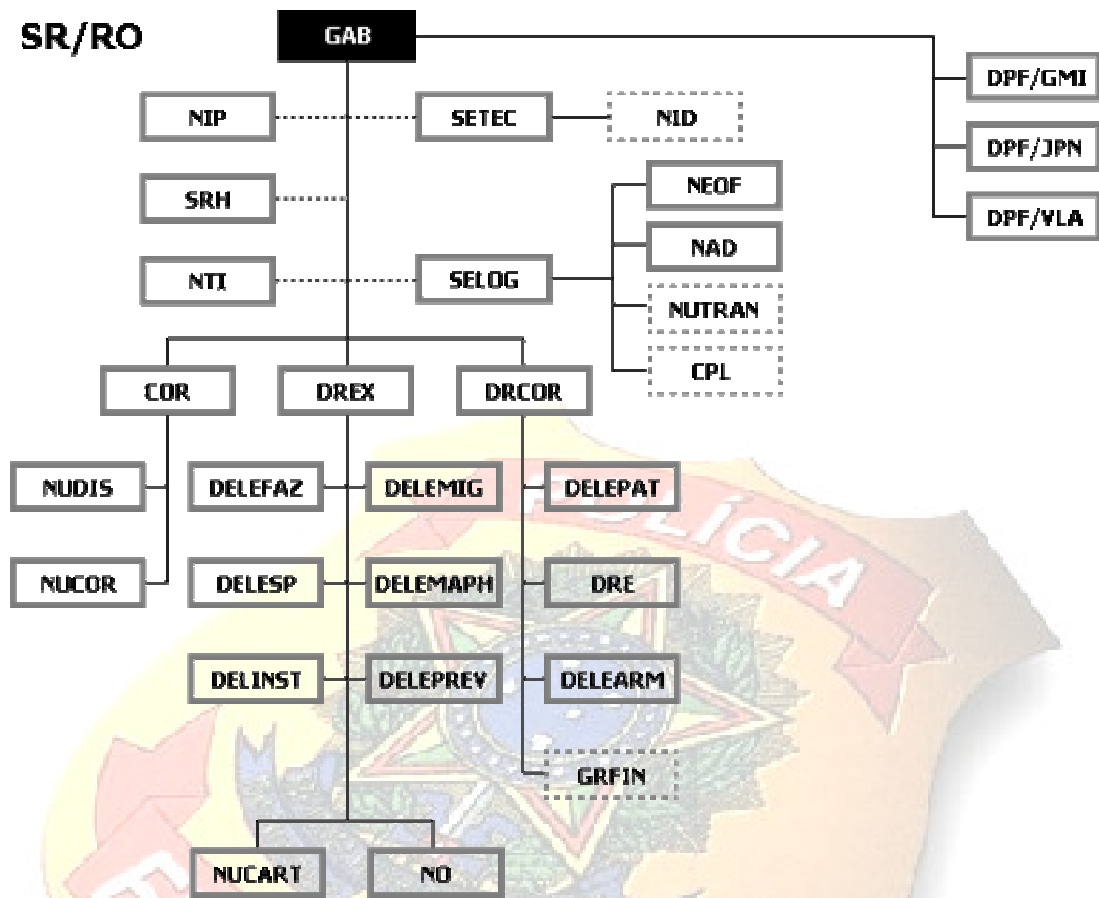


SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	08
INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	13
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	14
2.1) Responsabilidades institucionais	14
2.1.1) Competência institucional	14
2.1.2) Objetivos estratégicos	14
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	15
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	15
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão ...	15
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	16
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
2.3.1.1) Programa 0073 – Enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente	17
2.3.1.1.1) Ação 8791 – Apoio a projetos inovadores de enfrentamento da Violência Sexual Crianças e Adolescentes.....	18
2.3.1.2) Programa 0087 – Gestão da política de previdência social	18
2.3.1.2.1) Ação 8452 – Combate às fraudes de natureza previdenciária	18
2.3.1.3) Programa 0750 – Apoio Administrativo	19
2.3.1.3.1) Ação 2000 - Administração da Unidade.....	19
2.3.1.3.2) Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores.....	20
2.3.1.4) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	20
2.3.1.4.1) Ação 11P8 – Implantação do Centro especializado de polícia.....	21
2.3.1.4.2) Ação 8600 – Manutenção e atualização do projeto Promotec.....	21
2.3.1.5) Programa 1453 – Nacional de segurança pública com cidadania.....	21
2.3.1.5.1) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	22
2.3.1.5.2) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento.....	23
2.3.1.6) Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade	23
2.3.1.6.1) Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas produção, transporte e comércio de precursores químicos.....	24
2.3.1.6.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	25
2.3.1.6.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	27
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ.....	28
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	28
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	28
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	28
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	28
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	29
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	29
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	31
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	31
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	31
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	31

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	33
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	34
2.4.3) Indicadores Institucionais	35
3. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	35
3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	35
3.2) Análise Crítica	36
4. RECURSOS HUMANOS.....	36
4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	36
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	37
4.3) Composição do Quadro de Estagiários.....	38
4.4) Quadro de custos de Recursos Humanos.....	38
4.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	39
4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	40
5. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV.....	43
6. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	43
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	42
7.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	42
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	43
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	45
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	44
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	44
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	46
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	46
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	46
11. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	48
12. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	50
13. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	50
14. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	51
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	50
ANEXOS.....	54
I - Declaração referente ao item 7 da parte A - anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	55
II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	56
III - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010	57
IV – Mapa estratégico do DPF	58
V - Resultados das ações em relação ao Plano de Metas do ano 2010.....	59

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Compete a SR e às unidades sob sua subordinação, na área de atuação da Superintendência, cabendo a todos o dever de dispor de dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os a Chefia imediata e à Diretoria, Coordenação ou Instituto a qual estejam insertos, vejamos:

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – SR

Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas; adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob sua guarda.

a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP

Produzir conhecimentos de inteligência policial; manter canal de comunicação institucional com os órgãos de inteligência locais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência do DPF; elaborar análises sobre a incidência criminal; executar operações policiais; registrar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos, com protocolo específico para controlá-los; cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia; solicitar medidas referentes à contra-inteligência policial; proceder a investigações de

segurança dos servidores designados para atividades de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título e à investigação social e funcional de candidatos de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal.

b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Executar, orientar, acompanhar, controlar, promover e fiscalizar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção, o emprego dos recursos dos sistemas de telecomunicações e informática, em cumprimento as normas e diretrizes relativas emanadas das unidades centrais; fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações; efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet; prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência; propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos.

c) Setor de Recursos Humanos – SRH

Executar, orientar e fiscalizar as atividades de administração de recursos humanos em cumprimento as normas e diretrizes vigentes; executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias; propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho; atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva; expedir declarações funcionais; elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias; organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal.

d) Setor Técnico-Científico – SETEC

Planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais, propondo conforme o caso medidas para o seu aperfeiçoamento; colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação; promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica; propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres; organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na SR; expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos.

e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

Elaborar a proposta orçamentária, acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos; promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários; planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico; orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais; propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho; elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades; propor a suplementação de créditos.

f) Delegacia Regional Executiva – DREX

Propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico; planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes que se encontram sob

responsabilidade de suas unidades subordinadas; acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência; homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária; controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais; elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão; controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição.

g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR

Propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos; planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas; controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição.

h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR

Distribuir expedientes com vistas à instauração de IPL contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER; planejar e executar o Plano de Correições; decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais; promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial; determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas; controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo; decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência; submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia no ano de 2010, de acordo com as disposições vigentes.

O conteúdo geral deste está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010.

A Declaração e as informações referentes aos itens 7, 8, 13 e 17 da parte A e o item 1 da parte B, ambos do anexo II da DN TCU nº 107/2010, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 3, 6, 14, 15, 16 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

Os itens 2 a 5 da parte B e as partes C e D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ, bem como as informações quanto ao Quadro A.2.3 que trata da identificação das Unidades Orçamentárias, vez que a UJ sob análise não se trata de Unidade Orçamentária.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede - cidade de Porto Velho, 9 (nove) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, todas subordinadas a Delegacia Regional Executiva. Há que se indicar a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas e Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, estes quatro últimos subordinados a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado.

Também faz parte da estrutura da SR/DPF/RO nove (9) Setores e núcleos, citando-os: Núcleo de Operações, Núcleo de Cartório, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial.

Cita-se, outrossim, a estrutura de correições, chefiada pela Corregedoria Regional de Polícia Federal, que coordena as ações de dois núcleos: Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correições.

Além da estrutura localizada em Porto Velho/RO, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia está estruturada com mais 7 (sete) Unidades Operacionais: 3 (três) Delegacias de Polícia Federal em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena, além de 4 (quatro) Postos operacionais, sendo um em Pimenta Bueno, que atende às questões da OPERAÇÃO ROOSEVELT, relacionadas à terra indígena CINTA LARGA e Reserva Roosevelt, outro em Espigão D' oeste, atendendo à demanda da OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, o terceiro em Costa Marques e o último em Pimenteiras, ambos com importância no controle de fronteira e repressão ao tráfico de entorpecentes, diretamente empregadas na OPERAÇÃO SENTINELA.

O Estado de Rondônia ocupa posição estratégica sob o ponto de vista policial à repressão ao tráfico internacional de drogas e de armas. O posicionamento geográfico marcando fronteira com a Bolívia, país produtor de cocaína, em especial pasta base, coloca este estado como um dos principais corredores de tráfico de drogas com destino a outras unidades da federação, bem como para outros países, o que motiva um firme posicionamento no que se refere às atividades de repressão a tal crime. A logística e rotas utilizadas por organizações criminosas atuantes no tráfico de drogas abriu caminho para o tráfico de armas. Investigações desenvolvidas nesta Regional comprovam o estreito relacionamento do tráfico de drogas com o tráfico de armas, o que aumenta ainda mais a importância e sensibilidade da região rondoniense.

Além disso, a colocação geográfica do Estado de Rondônia em área de interesse ambiental mundial (floresta amazônica) destaca sua importância na atividade policial de combate aos crimes ambientais, justificando-se a implantação de duas operações policiais permanentes que são desenvolvidas neste Estado, quais sejam “ARCO DE FOGO”, com base atualmente em Espigão D’oeste e “PORTAL”, atualmente alocada na cidade de Vilhena. Tais operações, instituídas em locais estratégicos do Estado de Rondônia no que se refere à repressão aos crimes contra o meio ambiente, demonstram os esforços encetados pela Polícia Federal no combate a tal tipo de criminalidade cujas ações repercutem não só nesta região, mas em todo o país e além de nossas fronteiras.

No mesmo passo, objetivando um melhor posicionamento policial frente ao crime, está instalada no Estado de Rondônia, desde meados de 2010, a “OPERAÇÃO SENTINELA”, direcionada especificamente às atividades de policiamento de fronteira e no enfrentamento ao tráfico de drogas. Tal operação está embasada nas seguintes localidades: GUAJARÁ-MIRIM, COSTA MARQUES e PIMENTEIRAS. Atividades de natureza ostensiva e de inteligência policial são desenvolvidas pela coordenação da operação que conta com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública.

Contudo, as ações da Polícia Federal no Estado de Rondônia não se resumem à árdua e gigantesca tarefa de ações contra criminosos ambientais e traficantes. Atividades de combate à corrupção e a outros delitos cuja atribuição investigativa recaia sobre a Polícia Federal também são enfrentadas em nossa rotina. No ano de 2010 foram quinze (15) operações policiais contra a corrupção, tráfico internacional de drogas e de armas, exploração sexual de crianças e adolescentes, desvio de recursos federais, extração ilegal de minérios (diamantes), crimes eleitorais, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, enfim, efetivo combate a organizações criminosas, inclusive de alcance transnacional. Tais ações repercutem diretamente aos interesses da União, bem como representam ações de cunho pedagógico, preventivo e repressivo contra a criminalidade organizada, alcançando os objetivos da Polícia Federal neste Estado.

No ano de 2011 a SR/DPF/RONDÔNIA continuará cumprindo com suas atribuições previstas em lei, não descuidando de nenhuma das suas áreas de atuação, mas buscando cumprir os objetivos e metas traçadas, adaptando suas estratégias e ações com os diversos cenários que se formam no país.

Como o estado tem área de fronteiras com a Bolívia, à prevenção e repressão ao tráfico internacional de drogas, armas e munições continuarão sendo feitos com todo vigor, aproveitando-se ao máximo os conhecimentos colhidos nas atividades de inteligência e investigação policial. A busca do estreitamento das relações com órgãos das três esferas de poder permanecerá, pois as experiências realizadas mostram que com a integração e organização o combate aos grupos criminosos é mais eficiente.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia também atuará nas ações do PRONASCI desencadeadas pelo Ministério da Justiça, contribuindo para prevenir e conter a violência nos centros urbanos. Em verdade, o reflexo das ações da OPERAÇÃO SENTINELA já vem trazendo tais resultados nas localidades onde se encontram as bases operacionais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas, operações policiais, quanto para as ações reativas, inquéritos instaurados por portaria.

No ano de 2010, esta Superintendência Regional e suas Descentralizadas deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas a atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Rondônia			
Código SIORG: 1156	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200068
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(069) 3216-6200	(069) 3216-6202	(069) 3216-6205
E-mail: gab.srro@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Lauro Sodré, 2905 – Tanques, CEP 76.803-490, Porto Velho/RO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76 Transformada em Superintendência pela: Portaria 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75 Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200068	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200378	Tesouro Nacional		
200379	Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - FUNAPOL – SR/DPF/RO		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200068		200378	
200068		200379	

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da Administração Direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do DPF em Rondônia.

A Constituição Federal em seu texto prevê as atribuições da Polícia Federal, um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, §1º, inciso I, CF/88).

A Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros. E ainda, compete à PF às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003-SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Dessa forma, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia exerce tais atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”*.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais à dignidade humana”*.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

A Superintendência Regional em Rondônia tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, a missão e a visão de futuro da instituição, no exercício de 2010 objetivou atuar no combate ao crime organizado, com ênfase na lavagem de dinheiro para descapitalizar os grupos criminosos e no combate a corrupção visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Também, foi objetivo da SR neste exercício, a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes, controle de armas e emissão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais: 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

No exercício de 2010 a atuação da Superintendência Regional em Rondônia abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas. Coordenou e executou as atividades operacionais e de inteligência policial no âmbito deste Estado em consonância com as premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização promovendo a capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: a Polícia Civil, Força Nacional, a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União, a Caixa Econômica Federal, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e a integração à Rede de Controle e Combate à Corrupção, composta pelos seguintes órgãos: Departamento de Polícia Federal, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal de Contas da União, Procuradoria da República no Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Receita Federal do Brasil.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

Neste contexto organizacional e estratégico, todas as descentralizadas e delegacias especializadas no Estado de Rondônia estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional atendendo as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para alcançar tal desiderato a Superintendência Regional no Estado de Rondônia atuou diretamente nos seguintes pontos:

- ✓ Intensificação à repressão ao crime organizado, ações operacionais na área de fronteira com coordenação baseada em mecanismos investigativos e de inteligência policial, ampliando as bases de dados;
- ✓ Intensificação das ações de cooperação internacional;
- ✓ Esforços no sentido de agilizar os fluxos informativos entre instituições policiais e de inteligência para melhor combater a criminalidade;

- ✓ Mobilizar e direcionar o efetivo disponível no Estado, visando fortalecer as ações de combate ao crime organizado, bem como fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- ✓ Expandir a cooperação com a Força Nacional de Segurança Pública, a exemplo do que ocorrem nas operações ROOSEVELT, ARCO DE FOGO e SENTINELA;
- ✓ Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;

O aumento do número de meios, principalmente no que diz respeito à aquisição de equipamentos direcionados à atividade investigativa, armamento e munição, viaturas e equipamentos para a área técnica-científica e mobiliário para as Descentralizadas, foi um fator que veio ao encontro à crescente necessidade de preparo e condições frente ao aumento da criminalidade. Considerando os escassos recursos financeiros no ano, foram atendidas em parte as demandas do dia-a-dia dos policiais federais e das atividades técnico-administrativas, necessitando ainda de um incremento no que diz respeito aos equipamentos individuais (coletes balísticos, por exemplo) e coletivos, e também na manutenção, especialização e aprimoramento dos servidores.

As ações de capacitação melhoraram no período, com o planejamento de cursos, participação em seminários, educação e ensino à distância, mas precisam ser mais difundidas, para motivar os servidores a participação.

Continuamos com a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal, tendo sido Foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
200378 - TESOURO	0073	Enfretamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescentes	8791	Apoio a Projetos Inovadores de Enfretamento da Violência Sexual Crianças e Adolescentes
	0087	Gestão da Política de Previdência Social	8452	Combate às fraudes de Natureza previdenciária
	0750	Apoio Administrativo	2000	Administração da Unidade
	0750	Apoio Administrativo	2010	Assistência pré-escolar aos dependentes
	1353	Modernização da Polícia Federal	11P8	Implantação do Centro Especializado de Polícia
	1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania	8375	Campanha do Desarmamento
	1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania	20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

200379 – FUNAPOL	0662	Prevenção e Repressão à Criminalidade	2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.
	0662	Prevenção e Repressão à Criminalidade	2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança pública
	00662	Prevenção e Repressão à Criminalidade	2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e interesses da União
	0750	Apoio Administrativo	2000	Administração da Unidade
	1353	Modernização da Polícia Federal	8600	Manutenção e Atualização do Projeto 400.000 1.271.415 3.000.000 25.000.000 Promotec/Pró-Amazônia

2.3.1.1 Programa 0073 - Enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0073		Denominação: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos						
Objetivos Específicos: Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos						
Gerente: Carmen Silveira de Oliveira				Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza		
Público Alvo: Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	11.747,88	2.290,00	9.457,88	2.290,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados - %	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quantidade de profissionais da rede de enfrentamento à violência sexual capacitados subtraído da quantidade de profissionais capacitados em 2006 (18.617) / profissionais da rede capacitados em 2006.						
Análise do Resultado Alcançado						

Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

¹ A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.1.1 AÇÃO 8791 – APOIO A PROJETOS INOVADORES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESPESAS DETALHADAS - DEMONSTRATIVO

UG 200378	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.799,00	0,00
	449052	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	9.948,88	2.290,00
	TOTAL		11.747,88	

2.3.1.2) Programa 0087 – Gestão da política de previdência social

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA: 0087¹		Denominação: GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização					
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social					
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação²		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	2.143,26	2.143,26	00,00	2.143,26

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

¹ Este Programa não possui indicador(es).

²A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.2.1 AÇÃO 8452 – COMBATE ÀS FRAUDES DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

DESPESAS DETALHADAS – DEMONSTRATIVO

UG 200378	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL		2.143,26

Foram destinados recursos à ação de combate às fraudes de natureza previdenciária - programa de Gestão da Política de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, provenientes de convênio realizado pela Direção Geral do DPF.

Consoante a IN 12-DG/DPF, 06 de junho de 2005, que define em seu artigo 2º as atribuições das Forças-Tarefas Previdenciárias, a quem compete combater grupos, quadrilhas e organizações criminosas que atuem em detrimento da Previdência Social, com a conseqüente instauração de procedimentos policiais cabíveis ao fato delituoso.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias descentralizadas para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX.

2.3.1.3) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA: 0750 ¹		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral:					
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos					
Gerente:			Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
Dotação²		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	7.524.878,58	7.215.491,92	309.386,66	7.168.280,06

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

¹ Este Programa não possui indicador(es).

²A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.3.1 AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

DESPESAS DETALHADAS - DEMONSTRATIVO

UG 200378	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
		335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.706,00
	335092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	75,99	75,99
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	308.895,08	308.895,08
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.040.072,12	910.609,72
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	302.014,19	295.014,19
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	27.640,84	27.640,84
	339037	LOCAAO DE MAO-DE-OBRA	3.166.926,57	3.119.742,78
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.573.877,67	1.406.722,24
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	17.487,25	16.925,82
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.866,14	7.866,14
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	797.790,06	797.790,06
	339139	OUTROS SERV. TERCEIROS - PES. JURID - OP.INTRA-ORC.	22.085,85	19.400,35
	339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.217,36	2.217,36

	339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.732,00	6.732,00
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	194.320,23	191.770,26
	Total		7.473.707,35	7.117.108,83

UG 200379	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	37.158,36	37.158,36
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	11.379,00	11.379,00
	339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.581,07	2.581,07
	Total		51.118,43	51.118,43

2.3.1.3.2 AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES

DESPESAS DETALHADAS – DEMONSTRATIVO

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200378	339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	52,80	52,80

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. As ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela correspondem as Ações 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional e 2010 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores.

Com a finalidade de aprimorar os controles existentes e de criar uma ferramenta que subsidie a gestão dos fiscais de contratos foi desenvolvido o aplicativo E-log em fase de implementação, o qual constará informações de todos os contratos desta SRRO, que vão desde formalizações até o controle orçamentário e financeiro.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a está UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Tal fato impacta de forma negativa nas atividades operacionais principalmente na fronteira com a Bolívia.

2.3.1.4) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA: 1353 ¹	Denominação: MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos	
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal	

Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação²		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	173.131,85	173.131,85	00,00	173.131,85

Fonte: <https://www.portalof.planejamento.gov.br>

¹ Este Programa não possui indicador(es).

² A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.4.1 AÇÃO 11P8 – IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE POLÍCIA

DESPESAS DETALHADAS – DEMONSTRATIVO

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200378	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	157.600,00	157.600,00

2.3.1.4.2 AÇÃO 8600 – MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PROMOTEC

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200379	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	15.531,85	15.531,85

2.3.1.5) Programa 1453 – Nacional de segurança pública com cidadania

Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de coesão social						
Gerente:			Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza			
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e sua família; operadores de segurança pública e comunidades residentes nos territórios de coesão.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	910.098,41	877.224,67	32.873,74	877.224,67	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social - %	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Homicídios - 1/100.000 habitantes	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social - 1/100.000 habitantes	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN						

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

¹ A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.5.1 AÇÃO 20EV – ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

DESPESAS DETALHADAS – DEMONSTRATIVO

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200378	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	311.079,12	311.079,12
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	402.999,99	370.126,25
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.096,08	1.096,08
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.159,50	4.159,50

	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.000,00	159.000,00
	Total		878.334,69	845.460,95

2.3.1.5.2 AÇÃO 8375 – CAMPANHA DO DESARMAMENTO

DESPESAS DETALHADAS – DEMONSTRATIVO

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200378	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.720,00	6.720,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.983,51	2.983,51
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.560,21	7.560,21
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.500,00	14.500,00
	Total		31.763,72	31.763,72

Resultados da campanha do desarmamento – armas entregues: 19

MÊS	Apreensões	Furtos e Roubos	Extravios	Devolvidas	Recuperadas de Furtos	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização
TOTAL	12	72	112	1	3	104	256	19

2.3.1.6) Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: não informado				Responsável: Cezar Luiz de Souza Busto		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	3.813.354,35	3.275.081,74	538.272,56	2.862.842,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal - dias	31/12/2010	79,00	70,00	72,00	80 dias
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						

Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo. Não existe no momento um parâmetro para aferição de tempo para conclusão de inquérito policial nesta unidade do DPF, visto que são muitos os fatores que impedem estabelecer com precisão o prazo exato para a conclusão do apuratório. Em razão das diferentes formas de incidência penal em questão.

O tempo médio de 80 dias gastos entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Superintendência em Rondônia no ano de 2010

*Amostragem de 230 inquéritos referente ao ano de 2010 instaurados e relatados.

2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal – percentagem	31/12/2010	705	2041	110%	161%
----------	---	------------	-----	------	------	-------------

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.

Análise do Resultado Alcançado

Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN

Fonte: SISCART

¹ A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A “Referência” e o “Índice previsto no exercício” informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal para o item 1, não se aplicando a esta SR/DPF/RO. Já no indicador 2 foram levados em conta os dados tão somente da SR/DPF/RO

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência.

2.3.1.6.1 AÇÃO 2679 – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS

DESPESAS DETALHADAS - DEMONSTRATIVO

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
200379	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	18.112,27	18.112,27
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.661,80	20.661,80
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	217.936,53	46.757,16
	Total		256.710,60	85.531,23

No âmbito da DRCOR, vejamos.

Na Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos os valores executados relacionam-se à aquisição de materiais permanentes, despesas com diárias e prestação de serviços por pessoa jurídica.

Em 2010, foram realizadas duas operações de fiscalização a empresas que atuam com produtos químicos controlados, com apoio do órgão central (Divisão de Controle de Produtos Químicos), o qual enviou servidores treinados neste tipo de trabalho. Ressalta-se que em 2010 a DCPQ/CGPRE não conseguiu realizar treinamentos nos cursos de fiscalização de químicos para o efetivo da DRE.

O atendimento administrativo ao público externo continua deficitário. Não há ingresso de novos servidores administrativos desde o ano de 2004. Atualmente só há, em todo o Estado, 2 (dois) servidores capacitados para atendimento ao público, um na SR/DPF/RO e outro na DPF/JPN/RO, sendo que este não exerce atendimento do Setor de Controle de Produtos Químicos – SCPQ, em razão do acúmulo de outras tarefas administrativas.

Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2007	2008	2009	2010
EMPRESAS FISCALIZADAS	47	4	1	29
SOLICITAÇÕES DE CADASTRO E LICENÇA INICIAL	32	22	26	22
Pedido de RENOVAÇÃO DE LICENÇA	49	22	25	35
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS - EXPORTAÇÃO	145	193	104	77
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	0	0	0	0
VALORES ARRECADADOS - TAXAS (Em R\$)	58.200,00	29.800,00	44.500,00	44.700,00

2.3.1.6.2 AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARATER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

UG 200379	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL		9.306,64
339030	MATERIAL DE CONSUMO		41.180,41	41.180,41
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		108.005,00	108.005,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA		35.918,20	35.918,20
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.042,10	6.042,10
	Total		200.452,35	200.452,35

Principais Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010

Operação	Data	Local	Objetivo	Presos	Apreensões
Sentinela	Início em 08/03/10	Fronteira Brasil com	Repressão aos crimes cometidos na fronteira do Brasil, tais como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas.	74	Operação de natureza contínua sem prazo determinado para encerramento.
Caminho das Pedras	15/07/10	RO, AC, SP, PA	Remessa de drogas da Bolívia para o Brasil	4	49 kg cocaína e 2 veículos
Bateia	01/07/10	RO, AC	Remessa de drogas da Bolívia para o Brasil	6	41 kg cocaína, 2 veículos e
Arikeme	18/12/10	RO, AM, Europa	Remessa de drogas da Bolívia para o Brasil e a Europa	14	39 kg cocaína, 5 veículos e

Operação	Data	Local	Objetivo	Presos	Apreensões
Hanánias	29/07/10	RO e GO	Combater tráfico de drogas interestadual	8	28 kg cocaína, 2 veículos e
Postal	16/06/10	MS e RO	Remessa de Maconha de Mato Grosso do Sul para Rondônia	7	10 kg maconha, 2 armas e
Uzi	01/11/10	RO	Tráfico de armas	1	2 kg cocaína,
Simulacro	04/03/10	RO	Fraude e superfaturamento na locação de veículos por órgãos públicos	-	9 mandados de busca e apreensão
Príncipe da Beira	16/12/10	RO, GO, RJ	Tráfico internacional de armas e drogas, tendo destino principal o Rio de Janeiro	38*	300kg de cocaína 5 veículos, 1 pistola, *9 presos em flag. 16 prisões temp., 13 prisões prev. 40 mandados de busca
Rio Preto	09/03/10	RO	Exploração de crianças e adolescentes da cidade de Porto Velho, fomentando a prostituição infantil	2	3 mandados de busca, 1 caminhonete, 1 lancha, 1 flutuante e 1 arma

Obs.: Por questão de sigilo, as operações que permaneceram em investigação em 2011 não foram listadas.

Base de Análise/DRCOR

A atividade a cargo da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR - está prevista no *Plano de Ação Governamental nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro* (que está inserido no Programa 0662 - Combate à Criminalidade), a qual tem a finalidade de apoiar as Delegacias Especializadas no combate ao crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente grupos estruturados que cometem os mais variados tipos de crimes, especialmente, devido à situação geográfica, os crimes de tráfico de drogas e armas, corrupção, roubo de cargas, contra o meio-ambiente, entre outros, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Receita Federal, Controladoria Geral da União, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

A dificuldade de se aumentar o efetivo policial, adequando-se ao rápido crescimento do Estado de Rondônia, além da necessidade de reparos emergenciais na infra-estrutura de trabalho investigativo, entre outros fatores, não afetou a produtividade da delegacia, que se manteve até acima do patamar esperado. Destaque para as operações Rio Preto e Príncipe da Beira, resultando respectivamente na eliminação de um esquema de prostituição infantil e na desarticulação de grande organização criminosa responsável pelo envio de armas e drogas para o Rio de Janeiro.

O efetivo disponível para o trabalho investigativo em 2007, 2008 e 2009 permaneceu em 6 (seis) policiais, tendo em 2010 aumentado para 8 (oito) policiais.

Ressalta-se que o desenvolvimento da Operação Príncipe da Beira foi possível após a efetiva instalação da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio (DELEPAT) em 2010, que assumiu a investigação dos casos de tráfico de armas.

Repressão a Entorpecentes – DRE

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE TOTAL EM RONDÔNIA*				
	2006	2007	2008	2009	2010
COCAÍNA (KG)	998,05	2.159,40	1.234,00	2.112,70	1.445,61
MACONHA (KG)	69,51	141,50	363,73	153,20	106,06
ANFETAMINAS (Unid.)	-	-	-	-	150
M.D.M.A. (Comp.) – Ecstasy	-	-	-	-	485

*Engloba as atividades de todas as unidades do DPF em RO.

Apesar de não se conseguir aumentar o efetivo operacional (devido às remoções periódicas serem iguais ao ingresso de novos policiais), as quantidades de cocaína apreendidas em 2010 continuaram muito elevadas, principalmente considerando que os sistemas de interceptação de comunicações de 2 (duas) Descentralizadas (DPF/GMI/RO e DPF/VLA/RO) estiveram inoperantes durante o 1º semestre. O efetivo disponível para o trabalho investigativo na DRE/RO em 2007 era de 14 (quatorze) policiais, em 2008, 2009 e 2010 esse número permaneceu em apenas 9 (nove) policiais.

Outro ponto importante foi o fato da Operação Sentinela, Coordenada pela DCOR/DPF, de âmbito nacional e DRCOR em Rondônia ter se iniciado efetivamente a partir de junho de 2010, quando ocorreu a chegada da Força Nacional neste Estado, para apoiar as atividades da PF, de fiscalização da fronteira Brasil-Bolívia, visando especialmente à prevenção ao tráfico internacional de drogas e armas, intensificando o combate ao Crime Organizado no Estado de Rondônia.

A operação SENTINELA buscou centrar suas ações nas seguintes diretrizes:

- ✓ Intensificação da atividade de inteligência operacional;
- ✓ Intensificação da fiscalização de veículos, embarcações, aeronaves e pessoas em vias terrestres, fluviais e lacustres;
- ✓ Patrulhamento móvel na região de fronteira onde possa existir circulação de veículos, bens e pessoas.

Os resultados obtidos foram significativos e demonstram a necessidade da presença e atuação do poder público na região.

2.3.1.6.3 AÇÃO 2726 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS R\$	VALORES PAGOS R\$
UG 200379	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.032.528,97	2.032.528,97
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	280.380,02	280.380,02
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	62.021,56	62.021,56
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	179.827,31	179.827,31
	339092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.376,17	8.376,17
	339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.057,37	5.057,37
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	788.000,00	8.668,00
		Total		3.356.191,4

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade têm a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializam precursores químicos.

No exercício de 2010, houve um contingenciamento de 40% na Ação 2726, que dificultou o planejamento e sua execução, sendo os valores descontingenciados tão somente ao término do exercício.

2.3.2) EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta prevista ³	Meta realizada ³	Meta a ser realizada em 2011 ³
200378									
14	243	0073	8791	A	3		n/a	n/a	n/a
09	271	0087	8452	A	3		n/a	n/a	n/a
06	122	0750	2000	A	3		n/a	n/a	n/a
09	122	0750	2000	A	3		n/a	n/a	n/a
06	365	0750	2010	A	3		n/a	n/a	n/a
06	181	1353	11P8	P	3	unidade	n/a	n/a	n/a
06	422	1453	20EV	A	3		n/a	n/a	n/a
06	422	1453	8375	A	3		n/a	n/a	n/a
200379									
06	125	0662	2679	A	3	unidade	n/a	n/a	n/a
06	183	0662	2720	A	3	unidade	n/a	n/a	n/a
06	181	0662	2726	A	3	unidade	n/a	n/a	n/a
06	122	0750	2000	A	4		n/a	n/a	n/a
06	181	1353	8600	A	4	%	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIAFI

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo o DPF.

Tendo em vista que a SR/DPF/RO atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte do órgão central regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas
Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal **Dot Inicial, Dot Atualizada, Desp Emp, Desp Liquidada, Val Pagos e RP**

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora 200378

Grupo de Despesa	Categoria Econômica da Despesa	Item de Informação		Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas		
3 OUTRAS DESPESAS	DESPESAS				
3 3 CORRENTES	3 CORRENTES	8.193.480,59	7.851.971,16	7.804.759,30	341.509,43
4 4 INVESTIMENTOS	4 CAPITAL	361.869,11	351.660,26	351.660,26	10.208,85



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal **Dot Inicial, Dot Atualizada, Desp Emp, Desp Liquidada, Val Pagos e RP**

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora 200379

Grupo de Despesa	Categoria Econômica da Despesa	Item de Informação		Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas		
3 OUTRAS DESPESAS	DESPESAS				
3 3 CORRENTES	3 CORRENTES	2.868.026,00	2.868.026,00	2.868.026,00	
4 4 INVESTIMENTOS	4 DE CAPITAL	1.011.978,63	473.706,07	61.467,26	538.272,56

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	2000		-	7.299.829,12
		2010		-	52,80

			20EV	-	-	878.334,69
			8375	-	-	31.763,72
			8452			2.143,26
			8791	-	-	1.799,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200379	2000	-	-	51.118,43
			2679	-	-	38.774,07
			2726	-	-	2.568.191,40
			8600	-	-	15.531,85
			2720	-	-	194.410,25
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200378	2000	194.320,23		
			11P8	157.600,00		
			8791	9.948,88		
		200379	2627	788.000,00		
			2720	6.042,10		
			2679	217.936,53		

A SR/DPF/RO somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho.

Ao longo do ano, os recursos necessários à execução orçamentária e financeira foram objetos de sub-repasses por meio de duodécimos mensais e periódicos pelo órgão central, principalmente referente às despesas de custeio.

No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora e na rubrica investimentos aplicou R\$ 1.373.847,74 (um milhão trezentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos). Deste montante, R\$ 945.600,00 (novecentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) foram utilizados para a aquisição de veículos tracionados, tipo caminhonetes, e o saldo remanescente para a aquisição de computadores, grupos gerador, mobiliário, equipamentos e outros.

As despesas correntes totalizaram R\$ 11.081.948,59 (onze milhões oitenta e um mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) em 2010. Esse valor destinou-se ao pagamento de diárias e compromissos contratuais firmados por esta Regional, sem qualquer

ampliação, não atendendo dessa forma, a demanda existente tanto para novas contratações quanto aquisições necessárias à Modernização da Polícia Federal no estado de Rondônia.

As informações que dispomos atualmente são insuficientes, já que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e não houve por parte do órgão central regionalização das referidas metas. Nesse contexto, sugerimos seja difundido no âmbito do Ministério da Justiça e conseqüentemente da Polícia Federal as metas físicas e financeiras por ferramenta que veicule tais dados, de forma a desenvolver uma avaliação com maior consistência e promover a participação das principais partes envolvidas, visando efetivo planejamento, acompanhamento, controle e execução dos produtos das ações e de seus programas de governo, possibilitando a verificação dos índices de execução física e o exame do grau de contribuição desses produtos à consecução do objetivo do programa.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200378 Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite		19.414,79		19.414,79
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	5.919.027,77	7.313.950,25	4.820.773,58	6.457.268,11
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	684.631,58	640.939,06	578.911,54	623.511,04
Inexigibilidade	232.432,34	186.599,23	215.239,55	118.630,48
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	337.740,56	628.837,24	337.544,57	628.837,24
Outras				
Ajuda de Custo	257.145,32	721.187,18	257.145,32	721.187,18

Fonte: SIAFI

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200379 Valores em R\$ 1,00

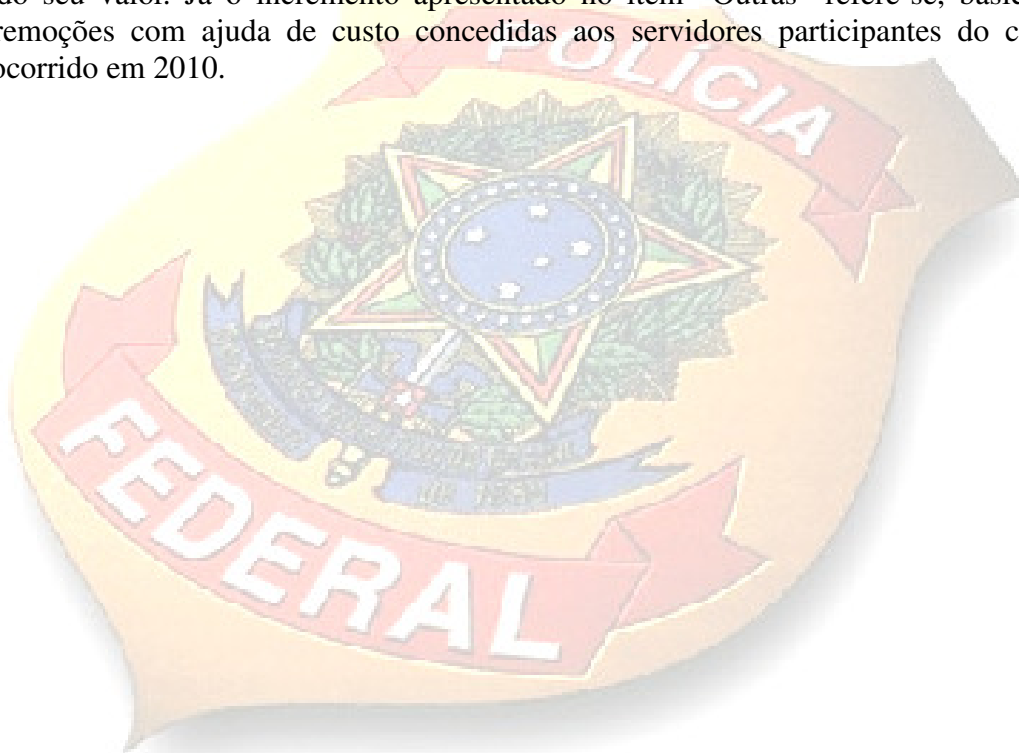
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				

Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	630.044,52	928.000,00	619.919,82	713.357,31
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ²	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	2.206.846,95	2.059.947,88	2.206.846,95	2.059.947,88
Outras				

Fonte: SIAFI

² O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor. Já o incremento apresentado no item “Outras” refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em 2010.



Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200378

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
30 – MAT. DE CONSUMO	1.179.821,96	1.444.871,11	1.110.242,00	1.280.735,97	69.579,96	164.135,14	1.001.558,23	1.280.735,97
14 - DIARIAS	337.740,56	628.837,46	337.544,57	628.837,46	00,00	00,00	337.544,57	628.837,46
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE	660.815,08	361.869,11	129.153,46	351.660,26	531.661,62	10.208,85	129.153,46	351.660,26
33 - PASSAGENS	618.481,56	306.093,78	611.173,66	299.093,78	7.307,90	7.000,00	550.667,00	299.093,78
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	29.861,94	31.800,34	29.861,94	31.800,34	00,00		29.861,94	31.800,34
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.439.362,79	3.166.926,57	2.439.362,79	3.120.683,51	00,00	46.243,06	2.305.240,63	3.119.742,78
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	1.921.741,93	1.768.229,73	1.717.949,77	1.644.659,93	203.792,16	123.569,80	1.612.436,98	1.598.388,80
47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS	190,00	19.704,61	190,00	19.143,18	00,00	561,43	190,00	19.143,18
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	13.368,68	52,80	13.368,68	52,80	00,00	00,00	13.368,68	52,80
92 - DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	45.143,49	14.674,13	45.143,49	14.674,13				
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	288.869,17	812.290,06	288.869,17	812.290,06	00,00	00,00	288.869,17	812.290,06

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200379

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 - DIARIAS	2.222.449,47	2.059.947,88	2.206.846,95	2.059.947,88	0,00	0,00	2.206.846,95	2.059.947,88

30 - MATERIAL DE CONSUMO	344.689,46	358.718,79	344.689,46	358.718,79	0,00	0,00	344.689,46	358.718,79
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	152.896,83	190.688,36	152.896,83	190.688,36	0,00	0,00	152.896,83	190.688,36
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	219.503,55	242.656,36	219.503,55	242.656,36	0,00	0,00	219.503,55	242.656,36
47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.917,14	7.638,44	5.917,14	7.638,44	0,00	0,00	5.917,14	7.638,44
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		8.376,17		8.376,17				8.376,17
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE		1.011.978,63		473.706,07		538.272,56		61.467,26

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200378

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
52- EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	660.815,08	361.869,11	129.153,46	351.660,26	531.661,62	10.208,85	129.153,43	351.660,26
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200379

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
52 - EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	2.945.456,45	1.011.978,63	2.929.853,93	473.706,07	15.602,52	538.272,56	2.929.853,93	61.467,26
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

No que se refere a investimentos relacionados a obras e instalações observa-se que não ocorreram empenhos na aplicação de recurso considerado o exercício de 2010. Fato este que afeta negativamente a atividade operacional da Polícia Federal, uma vez que delegacias localizadas na fronteira necessitam de investimentos em estrutura física para melhor comportar suas demandas operacionais e de ambiente de trabalho.

2.4.3) Indicadores Institucionais

A atividade policial é diferenciada de outros segmentos da administração pública. Retratando desta forma, a grande dificuldade em se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinitudes de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, não possuindo esta Regional tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo do departamento, visando à elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador.

Como não foram apresentados tais indicadores questionada a Sede em Brasília, por meio do Escritório de Planejamento Estratégico, o qual remeteu a seguinte informação:

“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem-se estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias os indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal. Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal. Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]”

O mapa estratégico mencionado na informação acima encontra-se no Anexo IV.

A fim de minimizar tal carência, esta Superintendência Regional possui um plano de metas próprio, que se encontra apresentado no Anexo V.

3. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados - 200378				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	411.239,80	-6.846,65	404.393,15	
2009	21.503,82	0	15.473,53	6.030,29
2008	1.878.355,49	794.524,34	1.083.567,02	264,13
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	812.537,63	129.333,20	721.877,75	
2009	1.056.919,31	229.198,18	780.736,91	46.984,22
2008				

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados - 200379				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	15.602,52	15.602,52	-	-
2009	2.866.409,65	84.489,49	2.869.289,63	
2008	7.474.970,54	84.734,89	7.302.866,18	87.369,47
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010				
2009				
2008				

Fonte: SIAFI

3.2) Análise Crítica

O Plano é plurianual, porém, as metas são estabelecidas a cada exercício, variando, em especial, de acordo com as limitações orçamentárias refletidas na LOA, o que faz com que as metas projetadas para cada ano quando da elaboração do PPA não sejam as mesmas que as disponibilizadas e/ou executadas. Outro ponto importante é o fato de não se levar em consideração as metas inscritas em Restos a Pagar, tendo em vista que isso gera diferenças nos resultados, sem que essas metas cumpridas sejam consideradas no seu exercício ou no exercício de sua conclusão.

Nesse contexto, justifica-se a inscrição dos valores em restos a pagar processados e não processados em face do contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridas no exercício, imposto diretamente pelo Governo Federal e indiretamente pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF incorrendo assim em conseqüências sobre os resultados planejados.

Ainda assim, no que se refere aos restos a pagar verifica-se que ocorreu um decréscimo nos montantes inscritos tanto nos exercícios de 2008, 2009 comparado a 2010. O referido decréscimo decorre de cancelamentos e pagamentos efetuados após a liquidação dos mesmos, conforme pode ser observado nos quadros acima.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		295	75	02
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		295	75	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		295	75	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		77		
1.4.1 Cedidos	4	4		
1.4.2 Removidos		73		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	23	23		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		23		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total				

Fonte: SIAPE

4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	26	1
1.1 Voluntária	24	1
1.2 Compulsório	-	
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras	-	
2 Proporcional	11	
2.1 Voluntária	9	
2.2 Compulsório	-	
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras	-	

Fonte: SIAPE

Demais informações sobre a composição de recursos humanos do órgão serão preenchidos pelo DPF - Órgão Central.

4.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	18	17	13	15	61.515,48
<input type="checkbox"/> Área Fim	13	13	10	11	47.173,86
<input type="checkbox"/> Área Meio	5	4	3	4	14.341,62
Nível Médio	8	6	5	4	11.212,38
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	8	6	5	4	11.212,38

Fonte: SIAPE; Folhas mensais enviadas ao IEL, CIEE e ao NEOF/SR/DPF/RO, para efetuar o pagamento.

Para cada trimestre foi considerado o mês com mais contrato vigente haja vista que não há como quantificar de maneira exata o número de contratos vigentes. (ex: no último trimestre entre estagiários de nível médio e superior, começamos com 19 e ao final 14 estagiários). O ano de 2010 foi peculiar porque houve término de contrato com a empresa CIEE e início com a empresa IEL. Nesse ínterim muito dos contratos estavam na iminência de terminar. A retomada das contratações está sendo feita gradativamente em 2011. Os estagiários de nível médio e de nível superior do curso de Administração estagiam no serviço meio, os que cursam Direito, ficam em Delegacias sob supervisão de Delegados Chefes, conforme o caso.

4.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	20.542.520,76	98.613,45	1.755.390,49	798.169,93	37.760,43	90.646,38	568.705,19	23.891.806,63
2009	26.797.941,05	141.297,45	2.347.445,37	1.148.922,91	2.306,40	143.988,67	609.235,39	31.191.137,24
2010	30.182.899,32	149.884,30	2.424.211,13	1.260.657,85	1.443,84	290.774,78	1.275.128,49	35.584.999,71
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	139.012,83	-	-	-	-	-	-	139.012,83
2009	395.807,72	-	-	-	-	14.880,19	-	410.687,91
2010	373.586,13	-	-	-	-	28.170,74	-	401.756,97
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								

2008									
2009									
2010									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas									
2008									
2009									
2010									

Fonte: SIAPE, extrator SIAPENET

4.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência da Polícia Federal em Rondônia													
UG/Gestão: 200378							CNPJ: 00.394.494/0038-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11/2009	07.436.461/001-50	01/01/10	31/12/10	35	35					P
2009	V	O	09/2009	02.576.238/004-38	01/01/10	31/12/10	16	16					P

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RO

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência da Polícia Federal em Rondônia													
UG/Gestão: 200378							CNPJ: 00.394.494/0038-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	06/2010	08.575.671/0001-92	22/02/10	21/02/11			18	18			E
2010	1 e 3	O	05/2010	08.575.671/0001-92	22/03/10	21/03/11	3	3	1	1			E
2010	2 e 4	O	01/2010	04.844.192/0001-73	07/01/10	31/01/10	12	12	8	8			P
2007	1	O	20/2007	04.844.192/0001-73	01/01/10	31/01/10			5	5	2	2	E

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RO

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
11/2009	7	35	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas
09/2009	8	16	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas
06/2010	1	18	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas
05/2010	1/3	4	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas
01/2010	2/4	20	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas
20/2007	1	7	SR/DPF/RO e Unidades descentralizadas

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RO

4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informou que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe o projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados. Vejamos,

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

- a) Nenhum caso de LER
- b) 02 Processos Especiais de Acidente de Serviço aprovado

- Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano de 2010 o ingresso de 75 servidores em virtude de nomeação (ingresso) e 79 desligamentos, em virtude de remoção (73), vacância (1), servidores cedidos (4), servidor

exonerado (1).

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da COR/SR/RO que apresentou a seguinte estatística:

Tipo	SR/DPF/RO		DPF/JPR/RO		DPF/GMI/RO		DPF/VLA/RO		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Sindicância Investigativa	5	4	0	4	2	0	4	3	11	11
Sindicâncias Punitiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos Disciplinares	19	8	1	1	0	1	2	1	22	11
Total de procedimentos instaurados	24	12	1	5	2	1	6	4	33	22

- Desempenho funcional

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Níveis Salariais

- a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;
- b) Administrativos: Divididos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

- Demandas Trabalhistas

O TCU em Portaria 277/2011, de 07.12.2010, dispõe que o item em questão busca evidenciar a análise crítica da gestão, não fazendo referência acerca dos recursos humanos provenientes de contratos de mão de obra. De todo modo, é possível identificar, a despeito dos demais itens, que no ano de 2010 a SR/DPF/RO foi parte reclamada subsidiária em 06 (seis) demandas trabalhistas.

5. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

6. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Para análise dos quesitos utilizamos como parâmetros os dados disponíveis no SISCART, SIGEPOL, bem como a Conformidade de Gestão para as questões orçamentárias e financeiras. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados por meio de Manual específico, difundido no âmbito do DPF, dentre outras normatizações internas. Os Setores diretamente envolvidos correspondem ao Gabinete, Delegacia Executiva, Setor de Administração e Logística Policial, Delegacia de Combate ao Crime Organizado, Corregedoria e Cartório.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental E Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <i>Papel reciclado, contrato para recarga de cartuchos e tonners</i>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <i>Sim. A aquisição se deu via adesão à ata de registro de preços vigente cujo órgão gerenciador integra a Administração Pública Direta</i>	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	

Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Pregão eletrônico para contratar empresa especializada na recarga de cartuchos e tonners				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Por meio de reuniões periódicas			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Adesão ao Programa Carbono Neutro com plantio de 1.200 arvores nativas				
Considerações Gerais: O questionário foi respondido individualmente pelo responsável do setor de licitações e contratos, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF RO	10	12
	Porto Velho	3	3
	Ji-Paraná	1	1
	Guajará-mirim	2	3
	Vilhena	2	2
	Pimenteiras	0	1
	Costa Marques	2	2
Total Brasil		10	12

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF RO	1	1
	Pimenta Bueno	1	1
Total Brasil		1	1

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel ¹	Instalações ²
200378	0013.00044500-4	13	4	254.815,61	26/12/2000	736.916,54		84.552,84
	0005.00051.500-1	13	3	222.759,85	26/12/2000	432.338,64		85.635,60
	0003.00416.500-9	12	4	237.087,27	26/12/2000	836.284,45		122.800,32
	0001.00054.500-5	12	4	21.250,00	15/08/2001	39.291,25		0,00
	0003.00417.500-4	12	4	144.639,78	26/12/2000	377.607,66		0,00
	0003.00362.500-6	12	4	243.667,53	26/12/2000	614.915,57		0,00
	0013.00043.500-9	13	4	265.589,10	26/12/2000	800.980,00		0,00
	0001.00200.500-8	10	-	30.020,00	20/04/2011			
	0021.00032.500-0	10	-	20.020,00	24/04/2011			
	0011.00067.500-3	20	4	272.713,95	30/11/2009			
Total							Σ	292.988,76

Fonte: SPIUNET

¹ Não ocorreram investimentos em reforma e ou novas instalações considerados o período.

² Os valores apresentados referem-se aos gastos com manutenção predial envolvendo as funções de eletricista de alta e baixa tensão, ajudante de oficial e oficial de manutenção juntamente com os insumos utilizados

Para atualização dos valores referentes aos terrenos, foi utilizada a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, compreendida no período entre a última avaliação dos imóveis no *SPIUnet* e a presente data.

Para o cálculo dos valores atualizados das benfeitorias, utilizou-se a área constante no cadastro no *SPIUnet* e o CUB – Custo unitário básico de construção, fornecido pelo SIDUSCON/RO, para o mês de fevereiro de 2011, padrão residencial baixo.

Ressalta-se que, com relação aos imóveis n°s 0001 00054.500-5 e 0005 00051.500-1 não foi calculado o valor referente às benfeitorias existentes nos mesmos, uma vez que não consta área construída no *SPIUnet*.

Do imóvel em Pimenteiras, temos atualmente instalada a Base CONFRON – Controle de Fronteiras - em área cedida de forma precária pelo IBAMA, fato que inviabiliza assim a inclusão no *SPIUnet*, onde os custos com manutenção predial, recursos logísticos e humanos são subsidiados por essa Regional.

Dos 2 (dois) imóveis em Costa Marques utilizados pela Polícia Federal, um destes não inseridos no *SPIUnet* tratava-se de um Posto de Fiscalização cedido de forma precária pela Prefeitura daquela localidade, e o outro, refere-se a um terreno doado por meio da Lei 421/2006, área total de 2.500 m². No início deste ano, a área que abrigava o Posto foi restituída ao poder executivo daquela localidade. Os custos com manutenção predial, recursos logísticos e humanos eram subsidiados por essa Regional no exercício de 2010, bem como contas de água, luz, telefone, terceirizados.

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Dentre as medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis encontra-se a realização de manutenção preventiva e corretiva nos mesmos para deixá-los em condições regulares de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento	X				
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03 servidores 07 contratados				

5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: As respostas aos quesitos acima foram dadas pelo chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Superintendência Regional do DPF em RO (SRRO) com a colaboração de sua equipe de trabalho.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e portador

Código da UG: 200379		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALEXANDRE B.V.SENRA	072721517-57	32.000,00	41.718,00	17.650,25	59.430,25
ERIKA DOS SANTOS	572953012-91	32.000,00	18.850,66	11.135,34	29.986,00
FABBIO OLIVEIRA	740507373-53	32.000,00	15.795,11	16.118,37	31.913,48
JOAO CLAUDIO NABAS	000114380-88	32.000,00	12.060,00	13.210,15	25.270,15
JULIO MTSUO FUJIKI	054362008-50	32.000,00	12.719,74	12.492,33	25212,07
LEONARDO M.SANTOS	616857042-04	32.000,00	48.640,00	68.420,44	117.060,44
LILIA VOGEL DE C.B	030935087-54	32.000,00	7.092,75	15.254,14	22.346,89
LUIZ BARBOSA VIEIRA	781962725-53	32.000,00	14.445,00	7.365,35	21.810,35
PAULO M.R. BASTOS	625175117-72	32.000,00	6.125,98	8.151,60	14.277,58
RAFAEL LACERDA	881343349-20	32.000,00	8.309,10	5.731,94	14.041,04
RICARDO GURGEL	037718446-22	32.000,00	4.500,00	808,87	5.308,87
RODRIGO MORAIS	268014118-02	32.000,00	13.712,50	1.635,00	15.347,50
WILSON BEZERRA	011717392-49	32.000,00	65.799,44	20.663,00	86.462,44
IVAN RAMOS BOTELHO	162510832-04	8.000,00	1.890,00	6.102,70	7.992,70

ANTERO S. PIMENTEL	161260094-87	32.000,00	5.160,00	8.077,91	13.237,91
ROSILENE S. MEDEIROS	658879056-20	8.000,00	1.927,07	3.820,48	5.747,55
FRANCINEIDE BRASIL	419869892-91	8.000,00		8.292,60	8.292,60
HILTON CAMPOS	139379362-20	32.000,00	14.819,29	24.490,97	39.310,26
ASSIS MARINHO	360410681-87	8.000,00	1.178,00	2.495,77	3.673,77
NOÉ MARINHO FALCÃO	015435472-49	8.000,00	2.690,00	13.039,15	15.729,15
MARCIO MAMEDE	778221616-87	32.000,00	17.605,00	10.920,65	28.525,65
Total utilizado pela UG			315.099,64	275.877,01	590.976,65

Fonte: SIAFI

Quadro A.13. 2 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

UG 200379					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	507	326.885,00	48	192.711,70	519.596,70
2009	642	373.692,78	120	355.640,61	729.333,39
2010	182	315.099,64	85	275.877,01	590.976,65

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

13. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

14. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante o ano de 2010 esta Superintendência Regional envidou esforços objetivando alcançar melhores condições de trabalho, eficiência e qualidade nas ações contra o crime organizado.

Dentre as ações planejadas, a redução da quantidade de inquéritos policiais em andamento foi eleita como uma das prioridades, considerando que a diminuição da carga de trabalho dedicado à condução de inquéritos policiais abriria espaço e tempo para ações mais profundas contra a criminalidade organizada.

Imbuídos de tal propósito, todo o efetivo policial, atendendo aos planejamentos elaborados pela Delegacia Regional Executiva e Corregedoria Regional de Polícia Federal, juntamente com os chefes das delegacias do interior, atuou fortemente nas atividades inerentes aos inquéritos policiais, tais quais, oitivas de envolvidos, intimações, relatórios policiais, identificação de pessoas, cumprimento de prazos previstos em Instruções Normativas, apresentação de representações policiais, elaboração de laudos periciais, relatórios de conclusão de inquéritos, tratativas com o Ministério Público Federal, Justiça Federal etc.

Tal postura combativa e comprometida com os objetivos inicialmente traçados, trouxe como resultado a destacada posição do Estado de Rondônia no tocante à estatística de produtividade aferidas pela Corregedoria Geral de Polícia Federal, a qual elevou o Estado de Rondônia à 1ª colocação nacional, alcançando o percentual de 162% de produtividade, com forte destaque para a unidade de Ji-Paraná (169%) e para a Superintendência Regional (171%).

Os resultados operacionais no quesito combate ao crime organizado foram excelentes, pois, além de alcançarem resultados excepcionais em atividades convencionais do nosso dia-a-dia policial, também alcançamos forte impacto contra o crime organizado em várias frentes.

Vejam as operações policiais de destaque do ano de 2010:

✓ OPERAÇÃO SIMULACRO - Desenvolvida pela SR/RO. Combate à corrupção e desvio de recursos públicos.

✓ OPERAÇÃO RIO PRETO - Desenvolvida pela SR/RO. Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

✓ OPERAÇÃO POSTAL - Desenvolvida pela SR/RO. Combate ao tráfico interestadual de drogas.

✓ OPERAÇÃO BORDUNA - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Combate à corrupção e desvio de recursos públicos. desarticular um grupo criminoso que desviava recursos federais utilizando-se de uma associação privada, mediante convênios com a FUNASA.

- ✓ OPERAÇÃO ADAMAS - Desenvolvida pela DPF/VILHENA. Combate à extração ilegal de diamantes.
- ✓ OPERAÇÃO FÊNIX - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Combate ao tráfico internacional de drogas.
- ✓ OPERAÇÃO SALUS - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Combate a crimes eleitorais.
- ✓ OPERAÇÃO PRÍNCIPE DA BEIRA - Desenvolvida pela SR/RO. Combate ao tráfico de armas e tráfico internacional de drogas.
- ✓ OPERAÇÃO NATRILHA - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Operação Policial visando desarticular grupo criminoso, o qual, através da Associação dos Trabalhadores Rurais Vale do Guaporé, arregimentava cidadãos para invadir a Terra Indígena URU-EU-WAU-WAU, fazendo referidos associados acreditarem na legalidade dessa intrusão, através de métodos fraudulentos, inclusive com cobrança de taxas de inscrição e mensalidades dos associados. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão domiciliar.
- ✓ OPERAÇÃO TONELADA - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Combate ao tráfico de armas e tráfico internacional de drogas.
- ✓ OPERAÇÃO CONESUL - Desenvolvida pela DPF/VILHENA. Investigar e coibir a prática do tráfico internacional de substância entorpecente (cocaína), na região do cone sul do estado de Rondônia, no que tange a expressivos arremessos da droga, em áreas remotas de Rondônia e mato grosso.
- ✓ FRONTEIRA SUL - Desenvolvida pela DPF/VILHENA. Investigar e coibir a prática do tráfico de na fronteira sul do estado de Rondônia.
- ✓ OPERAÇÃO SOL NASCENTE - Desenvolvida pela DPF/GUAJARÁ-MIRIM. Combate ao tráfico de armas e tráfico internacional de drogas.
- ✓ BOLA DE CRISTAL - Desenvolvida pela DPF/GUAJARÁ-MIRIM. Combate ao tráfico de armas e tráfico internacional de drogas e lavagem de capitais.
- ✓ OPERAÇÃO ESTAÇÃO - Desenvolvida pela DPF/GUAJARÁ-MIRIM. Combate ao tráfico de armas e tráfico internacional de drogas.

Os resultados e ações ostensivas das OPERAÇÕES ROOSEVELT, ARCO DE FOGO e SENTINELA também apresentaram resultados relevantes. Destaque para os alcançados pela OPERAÇÃO ROOSEVELT. Em 2010 houve a apreensão de aproximadamente 500 quilates de diamantes. Desde sua criação, a OPERAÇÃO ROOSEVELT apreendeu mais de 3000 quilates e hoje nos permitimos noticiar que as atividades ilegais de garimpagem estão paralisadas e a comunidade indígena protegida graças às ações e iniciativas da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, FUNAI e da própria comunidade indígena CINTA LARGA.

Além das atividades acima elencadas, que revelam um eficaz combate ao crime organizado, outras ações merecem destaque.

Citam-se as seguintes ações e resultados policiais:

- ✓ Apreensão de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em espécie, destinados à evasão de divisas realizada pela DPF GUAJARÁ-MIRIM.
- ✓ Ações de repressão a entorpecentes no Estado que alcançaram a apreensão de aproximadamente 1 tonelada e meia de pasta base de cocaína, colocando o Estado de Rondônia na quinta colocação nacional em termos estatísticos.
- ✓ A SR/RO e DPF/VLA estão entre as 10 melhores unidades do país no quesito apreensão de bens e valores nas atividades de repressão ao tráfico de drogas.
- ✓ A DPF/VILHENA foi a segunda melhor unidade policial do país no quesito "apreensão de drogas - entrega controlada", revelando que os trabalhos da citada unidade policial rondoniense foi responsável pela apreensão de quase 1 tonelada de pasta base de cocaína em outras unidades policiais fora do Estado de Rondônia.

✓ Prisão de LÁZARO CLEMENTE DE OLIVEIRA, vulgo “DOM LÁZARO”, em ação em conjunto com a INTERPOL, elemento condenado pelo homicídio do agente de Polícia Federal ROBERTO SIMÕES DE MENTZINGER, assassinado em 1999, durante atividades contra o tráfico internacional de drogas na região de Pimenteiras D' oeste/RO.

✓ Prisão do traficante internacional ROQUE CARDOSO DE OLIVEIRA, em ação em conjunto com a polícia boliviana, considerado um dos maiores e mais procurados traficantes internacionais do estado de Rondônia;

✓ Prisão do traficante internacional MAXIMILIANO DORADO MUNHOZ FILHO, em ação em conjunto com a polícia boliviana, considerado o principal traficante internacional que operava com ramificações no estado de Rondônia.

Na área administrativa também houve avanços, especialmente com a implantação do GesPública que visa a evolução dos procedimentos burocráticos, com simplicidade, controle e nível de excelência na administração da unidade.

Também foram promovidas reformas para ampliar as unidades de análise (investigação policial) em todo o Estado, bem como a aquisição de equipamentos especialmente destinados às atividades investigativas.

As principais dificuldades se deram em virtude do contingenciamento de recursos para diárias, serviços, aquisição de material permanente, reformas e construções.

No que concerne à área de recursos humanos, o efetivo de servidores policiais e administrativos encontra-se insuficiente face às atribuições da Polícia Federal neste estado. Por meio da coleta de dados junto as Delegacias, Setores e Descentralizadas que compõem a estrutura da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia, observamos a problemática da carência de recursos humanos, principalmente da área meio, servidores do Plano Especial de Cargos, como um dos principais problemas enfrentados para cumprimento de suas tarefas.

É de conhecimento público que o último concurso para o preenchimento de vagas na área administrativa ocorreu a mais de 07 (sete) anos e que muitos dos servidores aprovados e nomeados naquele concurso já deixaram o órgão em busca de melhores remunerações, quer seja na iniciativa privada, quer seja em outros órgãos da administração pública. A principal dificuldade detectada diz respeito à questão salarial, pois não corresponde ao desejado pela categoria. É sintomático desta afirmação que dos quatorze (14) servidores da carreira administrativa que tomaram posse na Superintendência deste estado, oriundos do concurso realizado no ano de 2004, somente a metade permanece na regional, onde os demais foram removidos ou deixaram o órgão em razão de vacância, sendo que a grande maioria dos remanescentes deste grupo, que em sua quase totalidade detém formação superior, constantemente tem realizado concursos públicos almejando ingressar em outras categorias do serviço público. Pertinente tais informações dada a criticidade que se apresenta a cada ano, onde considerável parcela dos servidores da área meio está se aproximando do tempo para se aposentar, portanto, depreende-se como medida para minimizar tal problemática, a abertura de concurso público visando repor as vagas decorrentes das remoções, vacâncias e aposentadorias, cada vez mais frequentes. No mesmo passo, está o aumento da remuneração da categoria administrativa, valorizando o trabalho destes, bem como programas de qualificação contínua, dinamizando a execução das tarefas.

Vale lembrar que a Direção Geral da PF vem envidando esforços junto aos canais competentes para implementar a concessão de gratificação por lotação em área de fronteira, bem como as Funções Comissionadas Técnicas via DGP, englobando assim, todos os servidores do DPF neste estado, tendo como um de seus resultados práticos minorar a demanda de remoções.

No que concerne à área meio e fim, ambas necessitam de avanços quanto à implementação de programas que proporcionem bem-estar físico e psicossocial. Ressalte-se a importância da prática desportiva obrigatória para os policiais e facultativa aos administrativos e também a disponibilidade de exames periódicos estendidos a todos os servidores com ônus pelo DPF.

Há também a necessidade de dotar a SR/DPF/RO de recursos logísticos: aquisição de novas viaturas (fluviais e terrestres); equipamentos de informática e de telefonia; mobiliários; armamentos



e construção de sua sede nova, bem como de novas instalações físicas para abrigar a Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim e Vilhena/RO.

Em uma análise geral, consideradas as adversidades ante a insuficiência de recursos, de pessoal, esta unidade gestora cumpriu com sua missão institucional dentro da política de segurança pública no estado de Rondônia e conseqüentemente no país que, numa síntese do que dispõe as diretrizes do Ministério da Justiça e Polícia Federal, competindo-lhe levar à população deste estado, condições para o desenvolvimento das ações de crescimento com cidadania.





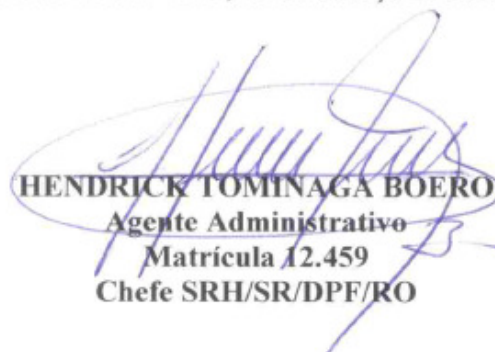
ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UG's:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia		200068 – 200378 e 200379	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, esta Superintendência teve vigente o Termo de Convênio nº 001/2008 no exercício sob análise.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Contratos de Repasse e Termos de Parceria, esta Superintendência não firma contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, por tratar-se de atribuição do Órgão Central.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho - RO	Data	15 de março de 2011
Responsável	 JÓELMA CUNHA PEDRAZA	Matrícula nº	
		12574	
	 E ROCILDA ANTONIA DE ALENCAR	Matrícula nº	
		11999	

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas da União, que os servidores ocupantes de chefias e integrantes do rol de responsáveis pela conformidade de contratos desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia, cumpriram com as obrigações estabelecidas pela Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, entregando em tempo hábil suas declarações de bens e valores, referente ao exercício de 2010.

Porto Velho - RO, 29 de março de 2011.



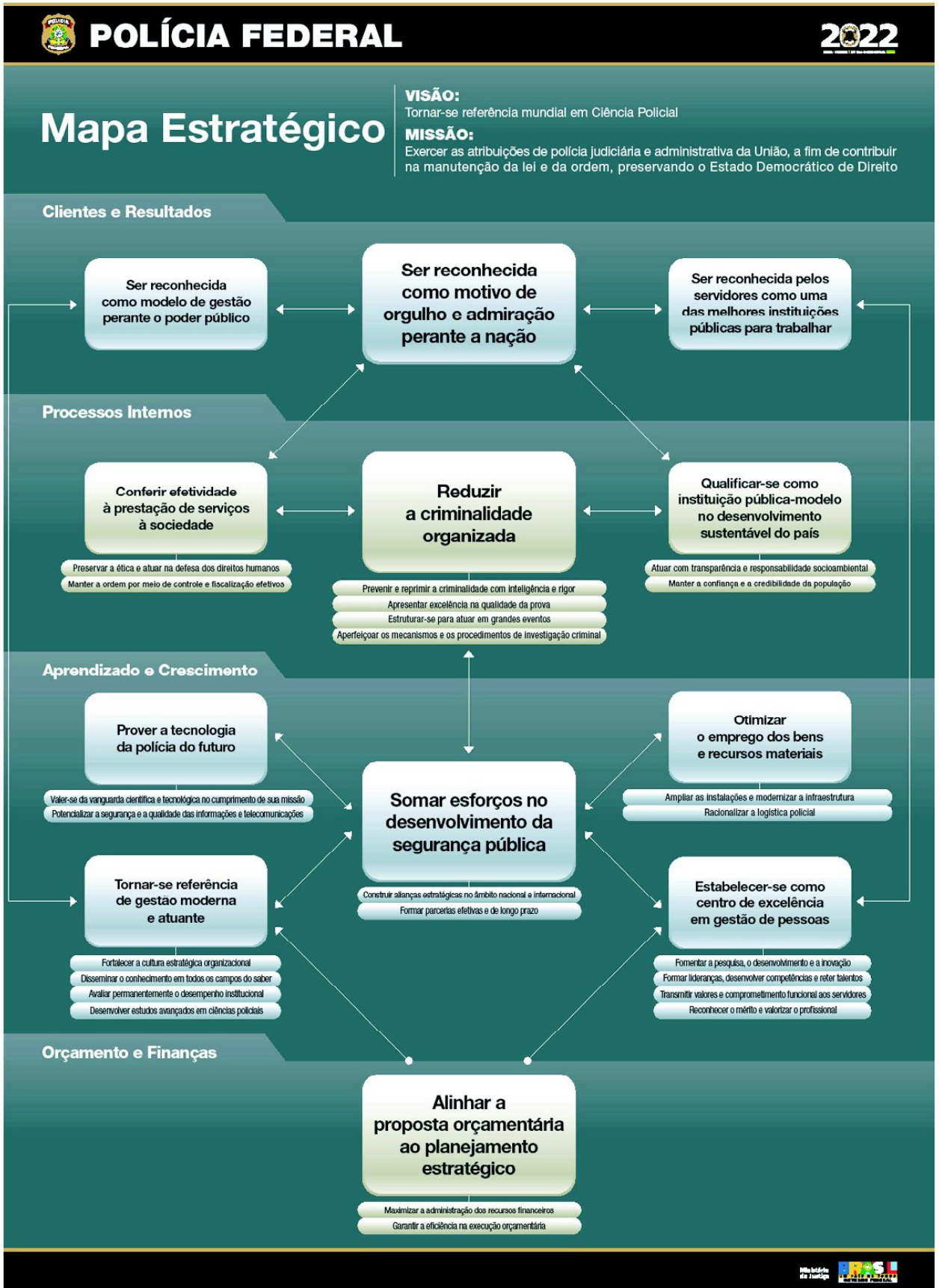
HENDRICK TOMINAGA BOERO
Agente Administrativo
Matrícula 12.459
Chefe SRH/SR/DPF/RO

**ANEXO III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RO - SR/DPF/RO	200378 - 200379
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p align="center">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8



ANEXO IV – MAPA ESTRATÉGICO DO DPF



ANEXO V – RESULTADOS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PLANO DE METAS DO ANO 2010

UNIDADE ORGANIZACIONAL: SR/DPF/RO		UNIDADE GESTORA: SR/DPF/RO			EXERCÍCIO: 2010
PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO, 0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE, 2679 - FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS, 2720 - ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA,					
TIPO DE META: POLICIAL					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META	AÇÃO	ATINGIDA OU NÃO - RESULTADOS
1	Superar o número de IPL's instaurados por iniciativa interna em 2009 em todo o Estado	Incrementar a presença da Polícia Federal no Estado	Acréscimo de 10% com relação a 2009	Instaurar mais IPL's por iniciativa interna	NÃO ATINGIDA. A quantidade de IPL's instaurados não aumentou em relação a 2009.
2	Igualar/superar o número de IPL's relatados em 2009 em todo Estado	Com a conclusão dos IPL's em andamento, poderão ser priorizadas as demais atividades da SR/RO	Acréscimo de 20% com relação a 2009	Relatar IPL's assim que todas as diligências necessárias a sua instrução forem efetivadas. Elaboração e execução de plano com o objetivo de detectar inquéritos policiais aptos a serem encerrados, tratando com o Ministério Público e Poder Judiciário alternativas para agilização no encerramento de inquéritos policiais considerados de repercussão criminal insignificante.	ATINGIDA. A quantidade de IPL's relatados superou os 20% de acréscimo em relação a 2009.

3	Aprimorar as ações de repressão ao tráfico de drogas no Estado	O DPF deve avançar nas ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, principalmente sob o aspecto de identificação de organizações criminosas atuantes em tal tipo de crime. As ações devem se dirigir à verdadeira desarticulação operacional, financeira, logística e estrutural de ORCRIM's.	Integração do GRFIN com a DRE e aperfeiçoamento dos policiais na identificação de patrimônio oculto dos investigados	Padronizar e interligar as ações de repressão ao tráfico de drogas no Estado de Rondônia, possibilitando o melhor emprego dos recursos policiais e melhores resultados no que diz respeito à desarticulação de ORCRIM's e atuação contra o patrimônio ilícito dos investigados.	ATINGIDA. A GRFIN na SR/DPF/RO teve sua atuação integrada às investigações em andamento na DRE e DELEPAT, permitindo a deflagração da Operação Príncipe da Beira. Apesar do ótimo resultado atingido em 2010, a escassez de agentes de polícia federal limitou o resultado possível de ser alcançado.
4	Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos interessados, no que diz respeito à repressão aos crimes ambientais no Estado	A degradação do meio ambiente tem sido comum no Estado, o que exige pronta resposta dos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente.	Integrar órgãos parceiros em atividades investigativas e operacionais, respeitando os limites de atribuição de cada instituição.	Deflagração de operações policiais nas áreas de conservação e acréscimo de investigações policiais com repercussão na área ambiental.	NÃO ATINGIDA. Foram realizadas várias investigações contra crimes ambientais, mas que não resultaram em resultados satisfatórios.
5	Aumentar a arrecadação na área de segurança privada no Estado	A efetiva fiscalização do DPF resultará na regularização da atividade de segurança privada.	Acrescentar em 10% os valores da arrecadação de 2009	Deflagração de operações na capital e no interior do Estado objetivando a identificação de irregularidades em escolas de formação de vigilantes e na própria atividade de segurança privada como um todo.	NÃO ATINGIDA. A arrecadação de 2010 superou em 7% a de 2009, mas não foram executadas operações de fiscalização de segurança privada.
6	Incrementar as atividades da DELEFAZ no Estado.	Concretizar as atividades do DPF no Estado de Rondônia nos delitos afetos a DELEFAZ.	Aumentar em 20% a quant. de mercadorias ilicitamente internadas em solo nacional, bem como intensificar as ações de combate à corrupção.	Concretizar a aproximação do DPF com a RFB e direcionar as ações da DELEFAZ para investigações mais sensíveis, atuando em questões pontuais de maior relevância especialmente relacionados ao contrabando e descaminho e corrupção.	ATINGIDA PARCIALMENTE. Foi estabelecida uma forte aproximação com a RFB e com a CGU, permitindo agilidade nas investigações de combate à corrupção e desvio de verbas públicas. ATINGIDA em relação ao combate à corrupção e NÃO ATINGIDA em relação ao contrabando e descaminho, pois o entendimento do judiciário local restringe
7	Incrementar e intensificar operações policiais destinadas à	Estão sendo identificados estrangeiros residindo e	Aumentar em 20% a quantidade autuações	Realizar periodicamente ações de identificação de estrangeiros irregulares em solo nacional, com	NÃO ATINGIDA. Não houve disponibilidade de efetivo e meios para

	legalização de estrangeiros em situação irregular no Estado.	trabalhando clandestinamente no Estado.	de natureza migratória com relação ao ano de 2009.	vistas a realizar as medidas administrativas e criminais a cada caso.	atuação no setor.
8	Intensificar as operações policiais nas terras indígenas situadas no Estado.	As terras indígenas ocupam aproximadamente 30% do território do Estado e tem sido foco constante de invasões e depredação do meio ambiente.	Aproximar as ações da SR/RO nas terras indígenas do Estado de Rondônia, capacitando os policiais para ações e contatos com indígenas.	Efetuar o mapeamento das terras indígenas onde ocorrem invasões, objetivando identificar os responsáveis e proteger os direitos dos indígenas. Realizar a capacitação de policiais, com o apoio da ANP, no que se refere ao relacionamento com indígenas.	NÃO ATINGIDA. Não houve disponibilidade de efetivo e meios para atuação no setor, bem como não houve por parte da ANP o fornecimento de capacitações na área.
9	Intensificar as ações policiais em terras da União e em áreas desmatadas no Estado	A intensa atividade de grilagem de terras e extração ilegal de madeiras se tratam de atividades ilícitas rotineiras no Estado de Rondônia, requerendo ação coordenada e baseada em dados de inteligência policial.	Integrar as ações da DELINST, DELEMAPH e delegacias do interior no que se refere às informações derivadas dos delitos em questão.	Deflagrar atividades integradas de inteligência e ostensivas em áreas onde ocorrem tais atividades ilícitas, objetivando identificar os principais responsáveis por tal tipo de ação delituosa.	ATINGIDA. As ações da DELINST e DELEMAPH são agora trabalhadas em sintonia, proporcionando melhor eficiência na identificação de atividades criminosas perpetradas em terras da União.

10	Criar o Grupo de repressão a crimes financeiros - GRFIN/DRCOR/SR/DPF/RO - alocar recursos para adquirirmos ferramentas de trabalho, tais como, equipamentos de informática, de fotografia e filmagem para fins investigativos.	A melhoria na atividade repressiva criminal demanda a especialização de efetivo para atuar na identificação de crimes financeiros decorrentes da atividade criminosa organizada de toda a ordem.	Designar Autoridade Policial para atuar nas investigações referentes aos delitos ligados ao grupo em questão, redistribuir os inquéritos policiais afetos ao setor, capacitando os policiais designados para o grupo investigativo e integrar as ações do grupo com delegacias operacionais como a DRE e DELEFAZ.	Designar policiais para o setor, criando espaço físico e dando condições de trabalho para os policiais, adquirindo materiais de informática e para ações investigativas. Criado o grupo, suas ações terão o objetivo de identificar organizações criminosas e aplicar em conjunto com outras delegacias especializadas os instrumentos legais disponíveis no que se refere ao combate à lavagem de dinheiro, bem como outros delitos financeiros, a fim de atuar pontualmente na estrutura financeira que embasa ORCRIM's.	ATINGIDA. Uma autoridade policial foi designada para a GRFIN, permitindo a centralização de investigações de lavagem de dinheiro, bem como foi utilizada a estrutura da BAN/DRCOR para desenvolvimento das investigações. Apesar do ótimo resultado atingido em 2010, a escassez de agentes de polícia federal limitou o resultado possível de ser alcançado.
11	Proceder à efetiva distribuição de inquéritos policiais por tema às respectivas delegacias da SR/RO	A especialização na condução de inquéritos policiais viabiliza a identificação de eventuais quadrilhas ou organizações criminosas, bem como possibilita a implantação de métodos investigativos e formais capazes de agilizar a condução das investigações policiais.	Redistribuir os inquéritos policiais de acordo com as delegacias especializadas	Realizar a redistribuição de IPL's e elaborar estudos no sentido de padronizar a condução de inquéritos policiais, objetivando a agilização do procedimento.	ATINGIDA. Houve a efetiva redistribuição de inquéritos observando estritamente a especialização de cada delegacia.
12	Melhorar as condições técnicas dos setores de análise policial na SR/DPF/RO e nas Delegacias do interior do Estado	A capital e o interior do Estado (3 Delegacias e três bases) estão realizando atividades de monitoramento telefônico de forma precária, o que vem trazendo problemas de ordem operacional às atividades investigativas.	Adquirir equipamentos de informática e softwares destinados exclusivamente à atividade de monitoramento telefônico.	Buscar junto a DLOG recursos financeiros e tecnológicos direcionados à padronização e melhoria do sistema de monitoramento telefônico e outros equipamentos eletrônicos (câmeras, computadores etc.) aplicáveis na atividade investigativa de natureza sensível e especial.	ATINGIDA. Foram descentralizados recursos pela CGPRE/DCPR/DPF que permitiram a aquisição de sistemas de interceptação para as Delegacias de Vilhena e Guajará-Mirim, bem como manutenção do sistema de Ji-Paraná e instalação de uma base em Pimenta Bueno/RO.

13	Incrementar e intensificar as ações de repressão à criminalidade organizada no Estado	A realização de ações pontuais e melhor planejadas sobre ORCRIM's otimiza a aplicação dos recursos policiais e propicia a obtenção de melhores resultados sob o ponto de vista pedagógico criminal e de política de repressão criminal.	Integrar e coordenar as ações policiais sensíveis de todas unidades policiais no interesse de ações policiais contra organizações criminosas	Identificar ORCRIM's e iniciar procedimentos investigativos no intento de estabelecer responsabilidade criminal dos principais envolvidos, bem como atingir a desarticulação financeira, operacional e logística. No mesmo passo, importante se mostra a aproximação a outros órgãos, tais quais CGU, RFB objetivando a troca de informações que viabilizem o trabalho em conjunto direcionado ao combate à criminalidade organizada.	ATINGIDA. Foram identificadas várias ORCrim's atuantes em Rondônia, havendo investigações em andamento em diversas áreas.
14	Realizar fiscalizações regulares no aeroporto de Porto Velho/RO	Necessidade de checar a regularidade no trânsito de estrangeiros e de objetos transportados via aérea.	Realizar ao menos uma vez por mês ações de fiscalização no aeroporto	Realizar ações de fiscalização esporádicas a fim de surpreender eventuais ações criminosas realizadas com a utilização de transporte aéreo.	ATINGIDA. Utilização da Operação Sentinela para realizar fiscalização no Aeroporto de Porto Velho, com uso de cão farejador, semanalmente.
15	Intensificar no âmbito estadual as ações de repressão a crimes praticados pela Internet, com alocação de recursos para aquisição de equipamentos.	Os crimes praticados pela INTERNET têm-se intensificado em todo o país, sendo notório que a região norte do Estado caracteriza-se, também, pela exploração sexual infanto-juvenil, observando-se o acréscimo de fraudes bancárias.	Realizar pelo menos uma operação policial especial no combate a tal tipo de criminalidade	Adquirir equipamentos e programas de informática específicos e treinar e especializar os policiais da delegacia com atribuição para atuar nessa área, iniciando análise de dados e obtendo informações junto a URCC no que se refere a eventual prática de tal tipo de delito no Estado de Rondônia.	ATINGIDA. Em 2010 foram treinados 2 APF's na URCC da SR/DPF/SP. Apesar do treinamento, não foi realizada operação policial em Rondônia devido ao fato das operações deste tipo terem sido concentradas na URCC de São Paulo e Brasília.
16	Intensificar em âmbito estadual as investigações sobre crimes de tráfico internacional de pessoas	Informações dão conta que há expressivo número de mulheres rondonienses aliciadas para outros países para fins de prostituição	Realizar pelo menos uma operação policial especial no combate a tal tipo de criminalidade	Aprimorar e intensificar a coleta de informações com o objetivo de instauração de procedimentos investigativos direcionados à identificação dos responsáveis pelo aliciamento de pessoas para o fim de prostituição em outros países.	Não foi realizada investigação policial nesta área. NÃO ATINGIDA. Por falta de meios humanos para se dedicar a este tipo de investigação

17	Realizar treinamento de tiro regularmente para os policiais da Superintendência e delegacias do interior.	O treinamento na atividade de tiro é essencial ao desenvolvimento da atividade policial.	Atender às normas previstas em Instrução Normativa no que se refere ao treinamento de armamento e tiro dos policiais federais aplicando treinamento a, no mínimo, 80 policiais.	Identificar policiais tecnicamente capacitados para a atividade, incumbindo aos mesmos a apresentação de plano de treinamento para o ano de 2010. Outrossim, pleitear junto a ANP a concessão de vagas para que policiais do Estado de Rondônia se capacitarem como instrutores de tiro.	Foram realizados treinamentos em todas as unidades do DPF no estado de Rondônia, disponibilizados para 100% do efetivo. ATINGIDA.
18	Dar maior efetividade na atividade de Controle de Produtos Químicos no Estado	Dificultar e identificar o desvio de precursores químicos para a produção de drogas.	Realizar atividades de fiscalização a cada 4 meses.	Realização de ações fiscalizatórias e investigativas, procurando apoio da Divisão de Químicos (CGPRE/DCOR/DPF).	Foram realizadas duas operações de fiscalização com apoio da DCPQ/CGPRE. NÃO ATINGIDA. , não ocorrendo a terceira fiscalização por falta de efetivo disponível.
19	Intensificar ações de repressão ao tráfico de armas no Estado	A proximidade da fronteira com a Bolívia, e a obtenção de informações, dá conta da utilização do Estado de Rondônia como rota para o tráfico de armas para outras regiões do país.	Executar pelo menos uma operação especial na repressão a tal tipo de criminalidade	Dar início a investigações e análise de informações que possibilitem identificar pessoas atuantes em tal tipo de delito.	Foram executadas três investigações na área, sendo que uma resultou em grande operação. ATINGIDA.
20	Otimizar e sistematizar as investigações referentes a furtos e roubos contra os CORREIOS em âmbito estadual	São várias as ocorrências de furtos e roubos contra os Correios em Rondônia, entretanto, raramente os inquéritos são concluídos com a identificação dos autores.	Estabelecer banco de dados e padronização de métodos referente a tal tipo de criminalidade	Criar banco de dados e incrementar métodos de investigação mais eficazes imediatamente após o crime, como exames periciais, reconhecimentos dos autores e troca de informações com o CORREIO.	ATINGIDA. As investigações foram centralizadas na DELEPAT, que padronizou a forma de atendimento dessas ocorrências e otimizou o contato com a administração dos CORREIOS, conseguindo bons resultados.

21	Intensificar ações de repressão a crimes previdenciários no Estado	Crimes contra o sistema previdenciário trazem representativa lesão ao erário e à sociedade, necessitando de posicionamento investigativo incisivo para otimizar os resultados policiais na área.	Integrar as ações da DELEPREV e realizar pelo menos uma operação contra ORCRIM atuante em tal tipo de delito	Estabelecer troca de informações com o sistema previdenciário e realizar investigações pontuais, especialmente quando da detecção de ORCRIM atuante no assunto.	Não foi realizada operação nesta área, tendo a DELEPREV apoiado as operações da DELEFAZ. NÃO ATINGIDA. As forças investigativas da DELEPREV foram consumidas em investigações da DELEFAZ, haja vista a escassez de policiais.
22	Intensificar e agir preventivamente com relação aos delitos eleitorais no Estado	No ano de 2010 serão realizadas eleições gerais, fato que poderá influenciar na demanda criminal eleitoral, razão pela qual as ações preventivas e a intensificação das ações investigativas poderão trazer bons resultados para manter a lisura do pleito.	Realizar ações ostensivas e veladas durante o período de eleição com o objetivo de prevenir e reprimir delitos eleitorais	Estabelecer plano de ação, juntamente com a Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral no sentido de inibir práticas eleitorais irregulares, bem como identificar rapidamente autores de crimes eleitorais, a fim de que as medidas judiciais sejam aplicadas de maneira célere, preservando a lisura do pleito.	Foram realizadas algumas ações ostensivas e dezenas de ações veladas, resultando numa grande operação durante o período eleitoral envolvendo um dos candidatos ao governo do Estado. ATINGIDA.
23	Aprimorar e informatizar a coleta, difusão e troca de informações entre NIP e Descentralizadas	A obtenção de informações e o tratamento dispensado quanto à sua difusão e arquivamento são de interesse institucional e necessitam estar disponíveis de maneira segura e ágil	Aproximar as atividades do NIP e criar UIP's no interior do Estado	Elaborar método de difusão do conhecimento e arquivamento informatizado e seguro das informações, readequando o espaço físico do NIP/SR/DPF/RO e adquirindo nova estrutura computacional que sustente a informatização das informações na capital e nas novas UIPs a serem criadas nas Delegacias do interior.	Não foi possível a melhoria da infraestrutura do NIP.
24	Informatizar o sistema de controle de atividades com relação a cada policial	Falta de controle e conhecimento quantitativo e qualificativo das atividades dos policiais lotados na SR/RO	Alcançar o verdadeiro conhecimento das atividades de cada policial, objetivando analisar a produtividade da ação policial	Implantar no NO/DREX controle informatizado que possibilite acompanhar a realização e resultado das diligências policiais encaminhadas para cada policial. Aquisição, implantação ou criação de software e equipamentos de informática que possibilitem o alcance da meta.	NÃO ATINGIDA. Apesar de se ter padronizado o controle das atividades do NO/DREX, não houve possibilidade de implantação de software para informatizar esse controle.

25	Realização de reuniões periódicas com grupos operacionais e investigativos da capital e do interior, objetivando a uniformização de procedimentos e troca de informações	A padronização de procedimentos investigativos e a troca de informações otimizam a atividade investigativa, possibilitando o alcance e desarticulação de ORCRIM's.	Realizar reuniões, no mínimo trimestralmente, a fim de motivar e viabilizar a troca de informações e padronização de métodos investigativos	Promover reuniões na capital e no interior do Estado, convocando os policiais ligados às atividades de repressão ao crime organizado.	Foi realizada uma reunião na capital visando difusão do sistema Portal DPF e uma reunião na DPF/JPN/RO, envolvendo todos os setores de inteligência policial da PF em Rondônia. NÃO ATINGIDA. A escassez orçamentária e a baixa disponibilidade de pessoal impediram a realização de mais reuniões de alinhamento.
26	Implantar modelo de plano operacional e rotina de troca de informações sobre operações policiais em andamento e a serem inicializadas no Estado	Além dos sistemas informatizados existentes, ainda se mostra a necessidade de se acompanhar a inicialização e desenvolvimento de operações policiais no Estado, com vistas a prestar auxílio aos policiais envolvidos e coordenar as ações em nível regional, evitando duplicidades ou impropriedades operacionais.	Criar e estabelecer modelo de plano operacional, prestando auxílio e coordenação às atividades investigativas no Estado.	Elaborar modelo de plano operacional, instituindo-o como padrão no Estado. Conhecer e coordenar as operações policiais no Estado, prestando auxílio e orientação às Autoridades Policiais e policiais executores.	Foi instituído um modelo de plano operacional para as operações de inteligência da PF em Rondônia. ATINGIDA.
27	Dar continuidade e fortalecer a troca de informações e controle sobre as operações permanentes que se desenvolvem no Estado de Rondônia	As operações policiais permanentes que se desenvolvem no Estado são relevantes fontes de informações às atividades policiais regionais, razão pela qual se evidencia importante a aproximação da SR/DPF/RO em tais atividades.	Motivar e fortalecer troca de informação entre os participantes das operações permanentes no Estado de Rondônia	Instigar os Chefes de delegacias do interior e da capital no sentido de procurar e obter informações junto às operações permanentes, objetivando a inicialização de ações investigativas mais aprofundadas.	ATINGIDA. Foram iniciadas algumas operações em 2010, originadas a partir de dados colhidos junto às operações permanentes ARCO DE FOGO e ROOSEVELT.



28	Modernizar os métodos organizacionais do CARTÓRIO/RO	A repetição de procedimentos e a escassez de escrivães de polícia federal motivam a racionalização dos procedimentos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis	Estabelecer métodos e procedimentos simples e eficazes com relação ao trâmite de procedimentos entre o CARTÓRIO e outros setores da SR/RO	Constituir comissão que se dedicará ao estudo dos procedimentos internos do CART no sentido de agilizar e simplificar os trâmites internos, aproveitando melhor os recursos humanos e materiais disponíveis na SR/RO.	ATINGIDA. Comissão especialmente designada reviu toda a tramitação de expedientes no âmbito do NUCART/RO, elaborando sugestões para aumentar a eficiência e eficácia do setor.
29	Dar a devida destinação às aproximadamente 250 armas armazenadas na SR	Sanear o passivo existente na Delegacia, decorrente do acúmulo de serviço causado pela Campanha do Desarmamento.	Dar destinação há 100% das armas durante o exercício	Alocar dois Agentes de Polícia Federal para priorizar o levantamento de informação acerca da arma e dar o seu devido destino.	Por meio de mutirão, foi dada destinação a cerca de 130 armas, restando 88 armas para finalização do processo. NÃO ATINGIDA.
30	Fazer o patrulhamento de fronteira na divisa Brasil-Bolívia, na circunscrição do Estado de Rondônia.	Reprimir o crescente aumento de crimes transnacionais, especialmente o tráfico de drogas e armas.	Executar a Op. Sentinela durante todo o exercício.	Executar a Operação Sentinela com o apoio da Força Nacional, no Estado de Rondônia.	ATINGIDA. Foi executada com sucesso a Operação Sentinela no período de fevereiro a dezembro de 2010, apesar do contingenciamento orçamentário.
31	Efetuar o processamento dos aproximadamente 5.500 pedidos de recadastramento, porte e aquisição de armas de fogo que se encontram acumulados.	Sanear o passivo existente na Delegacia, decorrente da Campanha do Desarmamento.	Processar 100% dos registros e portes pendentes durante o exercício	Alocar recursos humanos e materiais para realizar a análise da documentação, processamento dos dados e confecção dos registros.	Foram atendidos todos os pedidos de recadastramento e porte de arma, com o apoio de servidores de outras UF. ATINGIDA.
32	Aumentar a apreensão de bens e valores oriundos do tráfico de drogas no Estado.	Atacar o poderio financeiro das organizações criminosas.	Apreender R\$ 100.000,00 em bens ou valores.	Instaurar investigações para identificar organizações criminosas atuantes no tráfico de drogas, com ênfase ao combate à lavagem de dinheiro.	Foram apreendidos mais de R\$200.000,00 em dinheiro, propriedades rurais e urbanas, além de dezenas de veículos. ATINGIDA.
33	Estruturar a Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio.	Melhorar a capacidade de investigação da DELEPAT.	Montar a infra-estrutura física e lotar 02 Agentes na DELEPAT durante o exercício	Adequar o espaço físico da Delegacia Especializada; Adquirir materiais para investigação; destinar mais 01 (um) Agente para a DELEPAT.	ATINGIDA. Instalação efetiva da DELEPAT, com 1 DPF, 1 EPF e 2 APF, além de fornecimento de viatura e equipamentos.

34	Aprimorar as ações de inteligência estratégica no Estado	Rapidez na identificação das ORCRIM e seus modos de atuação.	Sistematizar e otimizar mecanismos de acesso às informações oriundas de diversas fontes	Melhor intercâmbio de informações com as operações correntes no estado: Sentinela, Arco de Fogo, Roosevelt e nas desenvolvidas pelas Delegacias da capital e interior; Monitoramento sistemático das principais fontes de informação; Ampliação da rede de colaboradores em todas as localidades do estado; Ampliação da troca de informações dentro da comunidade de inteligência no estado.	NÃO ATINGIDA. Por falta de efetivo especializado, haja vista o acúmulo de ações de inteligência que surgiram em 2010 ser muito superior a 2009.
35	Promover a efetiva especialização das Delegacias desta regional.	As ORCRIM's, na gestão de seus "negócios" ilícitos e complexos, não se limitam a modalidades simples de crimes, nem se restringem a questões ligadas a especialidades ou jurisdição.	Cada Delegacia Especializada identifique e compreenda o "negócio" criminoso de maior poder lesivo à sociedade dentro de sua especialidade e, após análise dos IPL's sob sua responsabilidade (relatados ou não), passe a aglutinar em uns poucos IPL's todos os "pequenos" crimes que até então são investigados individualmente.	No âmbito de cada Delegacia Especializada efetuar análise estatística dos IPL's e identificar aqueles que possam integrar uma mesma ORCrim; Estudo detalhado das particularidades de cada IPL identificado, relacionando coincidências (nomes, locais, rotas, destinação, etc.), efetuando pesquisas em fontes abertas relacionadas ao tema e realizando as diligências necessárias para alcançar a compreensão (mesmo que em nível de inteligência) da gestão de funcionamento do "negócio" criminoso como um todo; Elaboração quinzenal de relatório de inteligência acerca da evolução do nível de expertise adquirido pela delegacia acerca de sua especialidade, detalhando cada vez mais a estrutura criminosa em análise e os IPL's que deixam de ser investigados individualmente, mas tratados conjuntamente dentro da ORCrim.	Toda a distribuição de novas investigações foi efetuada atendendo à especialização. No entanto, não foi alcançado o avanço desejado no quesito inteligência estratégica em razão dos esforços terem sido consumidos no cumprimento de outras metas. NÃO ATINGIDA.

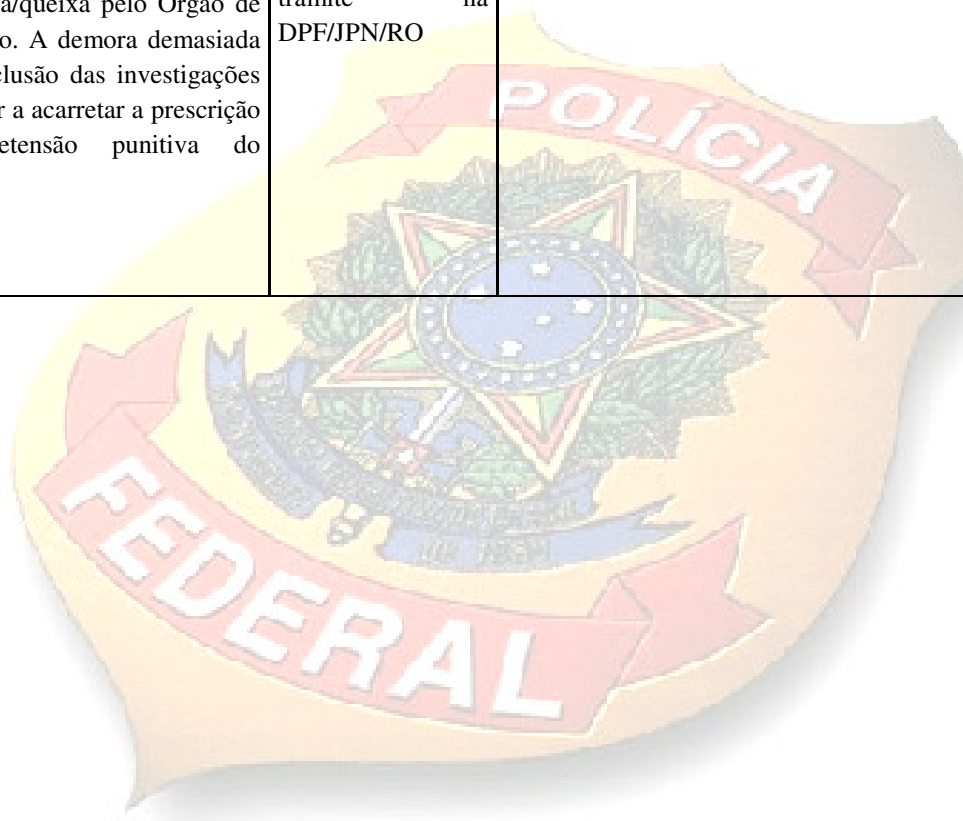
36	Padronizar o controle e coordenação das operações policiais no Estado	A variedade de ações policiais no Estado demanda o conhecimento das ações de forma a otimizar a utilização dos recursos e identificar ações criminosas de repercussão estadual e nacional	Implantar padrão de PLANO OPERACIONAL, reforçar aplicação do CINTEPOL e concentrar na DRCOR a coordenação das operações policiais.	Melhor intercâmbio de informações com as operações correntes no estado: Sentinela, Arco de Fogo, Roosevelt e nas desenvolvidas pelas Delegacias da capital e interior; Monitoramento sistemático das principais fontes de informação; Ampliação da rede de colaboradores em todas as localidades do Estado; Ampliação da troca de informações dentro da comunidade de inteligência no Estado.	Foram implantadas sistemáticas de coordenação de operações policiais, concentradas na DRCOR, bem como adquirido software de gerenciamento e administração das Unidades de Inteligência. Também foram obtidas senhas do CINTEPOL para todos os Coordenadores de operações policiais. ATINGIDA.
----	---	---	--	--	---



UNIDADE ORGANIZACIONAL: DPF/JPR/RO		UNIDADE GESTORA: SR/DPF/RO		EXERCÍCIO: 2010	
PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO, 0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE, 2679 - FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS, 2720 - ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA,					
TIPO DE META: POLICIAIS					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META	AÇÃO	ATINGIDA OU NÃO - RESULTADOS
1	Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos, as operações destinadas à repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal.	A degradação do meio ambiente, o tráfico ilícito de entorpecentes, o tráfico de armas e o desvio de verba pública, sob a forma de crime organizado, é uma constante no Estado, o que exige pronta resposta dos órgãos responsáveis pelo combate a tais infrações, principalmente através da deflagração de operações policiais, com prova de qualidade, a fim de possibilitar a prisão e futura condenação dos infratores.	Estabelecer contatos e tratativas com MPF, RFB, CGU, IBAMA, PREVIDÊNCIA SOCIAL e outros órgãos ligados à atividade policial investigativa		ATINGIDA. Foram incrementadas e intensificadas a atuação da PF, na circunscrição da DPF de Ji-Paraná/RO, a respeito de todas as infrações de atribuição investigativa do órgão. Os números comprovam isso. Em 2009, foram instaurados 179 IPL's e relatados 199. Em 2010, foram instaurados 278 IPL's e relatados 524, números que colocaram a DPF/JPN/RO como a 13ª colocada do país no quesito INSTAURAR/RELATAR IPL'S.
2	Incrementar e intensificar a atuação na área de polícia administrativa.	A eficaz fiscalização do DPF resultará no atendimento dos objetivos do DPF nas referidas áreas (segurança privada, emissão de passaportes), além de maior arrecadação de recursos financeiros que custeiam as atividades policiais.	Aumento da atividade em relação ao ano de 2009		ATINGIDA. Em 2010 obteve-se 3113 registros de arma de fogo, 2.537 passaportes expedidos, arrecadando-se R\$ 435.840,94, 772 registros de certificado de formação de vigilantes. Além disso, foram vistoriadas todas as agências bancárias do município de Ji-Paraná/RO, a fim de analisar os planos de segurança, além de todas as empresas autorizadas a comercializarem produtos químicos controlados pelo DPF.

3	Incrementar e intensificar operações policiais destinadas à regularização de estrangeiros em situação irregular.	O Estado de Rondônia faz fronteira com a Bolívia, resultado no ingresso de estrangeiros constantemente em território nacional, sendo necessária a realização de operações policiais nos municípios fronteiriços e outros municípios do interior do Estado com a finalidade de verificar a permanência dos estrangeiros no País observando os trâmites legais.	Aumento de procedimentos instaurados referente ao Setor de Imigração com relação ao ano de 2009 e realização de Operações Policiais nos municípios da circunscrição, principalmente no município de Costa Marques/RO.		<p>NÃO ATINGIDA. Houve uma redução nas diligências para averiguação das situações dos estrangeiros na circunscrição, por conta da restrição orçamentária imposta ao DPF, desde o início de 2010, fato que impossibilitou constantes deslocamentos dos servidores para este fim aos 18 municípios que compõem a circunscrição.</p> <p>2009 - Visitas a estrangeiros - 63</p> <p>2010 - Visitas a estrangeiros - 26</p>
4	Intensificar o controle sobre as áreas circunvizinhas às terras indígenas situadas no Estado, em conjunto com o IBAMA e FUNAI.	As terras indígenas ocupam aproximadamente 30% do território do Estado e tem sido palco de constante degradação do meio ambiente, devendo efetuar operações policiais no entorno das terras indígenas, a fim de evitar extração ilegal dos recursos minerais e invasão das referidas áreas pertencentes à União.	Aumento das atividades preventivas e repressivas, com instauração de IPL's a fim de apurar os crimes ambientais na região.		<p>ATINGIDA PARCIALMENTE. Ocorreu um significativo aumento na quantidade de IPL's instaurados e relatados nesta unidade, entre 2009 e 2010, sendo que, dentre tais procedimentos, alguns se destinam a apurar delitos ocorridos nas áreas circunvizinhas, e no interior, de terras indígenas.</p>

5	Liquidar os Inquéritos Policiais instaurados há mais de 4 (quatro) anos	A finalidade do Inquérito Policial é apontar a materialidade e autoria visando propiciar a apresentação da denúncia/queixa pelo Órgão de acusação. A demora demasiada na conclusão das investigações pode vir a acarretar a prescrição da pretensão punitiva do Estado.	Concluir todos os procedimentos instaurados até 2006 ainda em trâmite na DPF/JPN/RO	NÃO ATINGIDA. Apesar da excelente produtividade apresentada pela unidade no quesito IPL's INSTAURADOS X RELATADOS, não foi possível concluir TODOS os IPL's instaurados até 2006. Os fatos que contribuíram para isso foi a redução do quadro de Delegados da unidade, de 5 para 4, ocorrido em fevereiro/2010, bem como as restrições orçamentárias impostas ao DPF, o que impediu a realização de constantes cartórios itinerantes/deslocamentos para a realização de diligências nos 18 municípios que compõem a circunscrição.
---	---	---	---	---



UNIDADE ORGANIZACIONAL: DPF/GMI/RO		UNIDADE GESTORA: DPF/GMI/RO			EXERCÍCIO: 2010
PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO, 0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE, 2679 - FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS, 2720 - ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA,					
TIPO DE META: POLICIAL					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META	AÇÃO	ATINGIDA OU NÃO - RESULTADOS
1	Aquisição e instalação de novo sistema de monitoração no EIP	Necessidade de modernização dos equipamentos	Adquirir equipamento que melhor atenda às necessidades da DPF/GMI	Foi instalada novo Sistema de Monitoramento desenvolvido pela SR/MT, com a aquisição dos equipamentos necessários.	ATINGIDA.
2	Aquisição e instalação de CFTV para o Porto Alfandegário de Guajará-Mirim/RO	Melhorar e facilitar o serviço de vigilância policial no âmbito do Porto		Foram adquirida 05 Câmeras e nova placa.	ATINGIDA. Apesar de atingida, com o aumento de 3 câmeras, há necessidade de mais câmeras, inclusive com sistema de aproximação da imagem (zoom).
3	Treinamento e capacitação de policiais para trabalhos na área de inteligência policial	Transferências e readequação do pessoal tornam necessárias o treinamento	Treinar dois policiais	No período não houve nenhum curso, mas 01 Policial saiu em missão por 60 dias, adquirindo novas experiências. Com a chegada dos novos policiais, houve o aumento do efetivo da UA, que atualmente conta com 7 policiais.	Parcialmente 50%. Face a indisponibilidade de cursos, a meta não pode ser atingida.

4	Incremento nas ações de repressão ao tráfico de entorpecentes e de armas.	Reprimir as atividades das organizações criminosas	Combate ao crime organizado e acréscimo de 20% de apreensões com relação ao ano de 2009	Com relação à Apreensão de armas, houve um acréscimo de 60% no ano de 2010; A Apreensões de drogas no ano de 2009, totalizaram 97.250 gramas que por sua vez representa 35% do total; já no ano de 2010 foram apreendidas 56.920,00 gramas porém em Operação conjunta com a DRE/RO foram apreendida mais 116.000,00 gramas de drogas, representando 64% das apreensões. Portanto houve um acréscimo de 29% das apreensões.	ATINGIDA.
5	Operacionalização das ações da Operação Sentinela no âmbito desta Delegacia	Buscar a efetividade das ações, visando otimizar os resultados.	Atender às diretrizes regionais e dos órgãos centrais	A Operação Sentinela foi intensamente no período	ATINGIDA. E a Operação continua em andamento.
6	Realização ações conjuntas com o 6º BIS (EB), visando à repressão dos crimes de tráfico de entorpecentes, armas e contrabando.	Desenvolver ações coordenadas com outras instituições, visando reduzir a criminalidade, no âmbito desta descentralizada.	Realizar no mínimo uma operação mensal com IBAMA, RECEITA FEDERAL, MARINHA e EXÉRCITO	Foi realizada Operação Curare IV, em conjunto com Exército Brasileiro, IBAMA e Receita Federal.	ATINGIDA.
7	Dar início a operação de repressão ao crime de Lavagem de Dinheiro, visando descapitalizar organizações criminosas atuantes no âmbito desta descentralizada.	Enfraquecer as organizações criminosas, através do bloqueio dos bens.	Realizar no mínimo uma operação policial sobre o tema. Combate ao crime organizado	Foi iniciada a Operação Bola de Cristal que resultou na Apreensão de R\$ 200.000,00 em 23/11/2010.	ATINGIDA. E a Operação continua em andamento.

8	Incrementar gestões com a Imigração Boliviana, visando o repatriamento de foragidos brasileiros que se encontram em Guayaramerim/Bolívia.	Muitos foragidos brasileiros se encontram naquele país, atuando livremente.	Manter contato com consulado boliviano e outras autoridades fronteiriças para tratar sobre o tema.	Fora recambiados 03 Traficantes : <ul style="list-style-type: none"> Luiz Paulo Ferreira Vitorino “Paulinho Amarelo”; Roque Cardoso de Oliveira; “Roque Santa Cruz”; Maxiliano Dorado Munhoz Filho “Max”. 	ATINGIDA.
9	Incrementar gestões com a Imigração e Polícia Boliviana, visando à troca de informações.	Como a Bolívia é exportadora de cocaína, se faz necessária a troca de informações, visando repressão ao tráfico de drogas e	Manter contato com consulado boliviano e outras autoridades fronteiriças para tratar sobre o	Estão sendo realizadas gestões com o consulado Boliviano, Policia Nacional e Felcn; vários brasileiros foragidos já foram repatriados.	ATINGIDA.

UNIDADE ORGANIZACIONAL: DPF/VLA/RO		UNIDADE GESTORA: SR/DPF/RO		EXERCÍCIO: 2010	
PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO, 0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE, 2679 - FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS, 2720 - ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA,					
TIPO DE META: POLICIAL					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META	AÇÃO	ATINGIDA OU NÃO – RESULTADOS
1	Construir a nova sede da DPF/VLA/RO de acordo com os padrões atuais do DPF	A atual estrutura física da Delegacia de Vilhena limita a atuação dessa	A nova sede da DPF/VLA/RO deverá ser construída em	A documentação referente à doação do terreno pela Prefeitura foi encaminhada ao SELOG/SR/DPF/RO para as devidas providências no sentido da viabilização da construção da nova sede desta descentralizada.	NÃO ATINGIDA. Restrição Orçamentária

2	Ampliação e modernização da capacidade de interceptação e monitoramento do EIP DPF/VLA/RO	Incrementar a capacidade investigativa da DPF/VLA/RO.	Adquirir um novo sistema de interceptação e monitoramento de comunicações telefônicas.	Foi adquirido o Sistema de Interceptação GSAC.	ATINGIDA.
3	Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos, as operações destinadas à repressão aos crimes ambientais.	A degradação do meio ambiente tem sido comum no Estado, o que exige pronta resposta dos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente.	Deflagração de operações policiais nas áreas de preservação pertencentes à União	Foram desenvolvidas operações policiais em parceria com IBAMA. Foi incrementado o apoio operacional às Operações Portal e Arco de Fogo.	ATINGIDA.
4	Aumentar a arrecadação na área de segurança privada	A efetiva fiscalização do DPF resultará na redução de roubos a instituições bancárias.	Deflagração de operações na capital e no interior do Estado	Capacitação dos integrantes da Comissão de Vistoria.	NÃO ATINGIDA. Necessidade de aumento do efetivo administrativo.
5	Incrementar e intensificar, em parceria com os demais órgãos públicos (CGU, RFB, MPF), as operações destinadas à repressão aos crimes contra a Fazenda Pública.	Necessidade de ampliar as ações de combate à corrupção e desvios de verbas públicas, no contínuo esforço de aperfeiçoar a administração estatal, consagrando os princípios de moralidade e eficiência.	Deflagração de investigações policiais em apoio à CGU, a Receita Federal do Brasil e outros órgãos de fiscalização da aplicação de verbas e da arrecadação de tributos federais.	Reuniões frequentes com o MPF para tratar de procedimento e ações investigativas.	NÃO ATINGIDA. Devem ser tomadas ações mais amplas de cunho institucional para facilitar e regulamentar os termos de cooperação.

6	Incrementar e intensificar operações policiais destinadas à legalização de estrangeiros em situação irregular no Cone Sul do Estado de Rondônia.	Existência de um número considerável de estrangeiros residindo e trabalhando clandestinamente no Cone Sul do Estado	Deflagrar operações policiais nos municípios integrantes da circunscrição da DPF/VLA/RO	Capacitação de servidores em Polícia de Imigração. Instalação de um Núcleo de Imigração na Base Operativa de Pimenteirias do Oeste/RO.	NÃO ATINGIDA. A extensa faixa de fronteira com a Bolívia facilita a entrada de estrangeiros no território brasileiro sem a devida fiscalização. Devem ser instalados Postos de Controles de Imigração em pontos estratégicos ao longo da faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia no Cone Sul de Rondônia.
7	Intensificar as operações policiais nas terras indígenas situadas na circunscrição da DPF/VLA/RO.	As terras indígenas ocupam grande parte da área circunscricional da DPF/VLA/RO e tem sido foco constante de invasões e depredação do meio ambiente.	Efetuar o mapeamento das terras indígenas onde ocorrem invasões, objetivando deflagrar operações.	Foram elaborados acordos com lideranças indígenas com fito de interromper a extração ilegal de minérios e madeira nas Terras Indígenas na circunscrição da DPF/VLA/RO. Paralelamente, foi intensificada a fiscalização policial no entorno das áreas indígenas.	ATINGIDA.
8	Intensificar as ações policiais em terras da União e em áreas desmatadas	A intensa atividade de grilagem de terras e extração ilegal de madeiras se tratam de atividades ilícitas conexas no Cone Sul do Estado de Rondônia, requerendo ação coordenada e baseada em dados de inteligência policial.	Deflagrar atividades de inteligência e ostensivas em áreas onde ocorrem tais atividades ilícitas	Foram efetuadas diversas fiscalizações em conjunto com o IBAMA. Houve o mapeamento de áreas críticas com maior incidência da ocorrência de crimes ambientais, sendo mantido uma fiscalização maior nestas áreas.	NÃO ATINGIDA. Necessidade da utilização de helicóptero para possibilitar fiscalizações mais abrangentes, ágeis e eficientes.

9	Incrementar as atividades do EIP/DPF/VLA/RO com ações direcionadas à repressão à lavagem de dinheiro	A instalação da criminalidade organizada atuante no tráfico de drogas.	Identificar organizações criminosas atuantes no tráfico de drogas, com ênfase ao combate à lavagem de dinheiro.	As Operações Policiais iniciadas ou terminadas em 2010 foram direcionadas para a perfeita identificação do patrimônio das Organizações criminosas investigadas e, conseqüentemente, foram adotadas as cabíveis medidas repressivas contra o crime de lavagem de capitais.	ATINGIDA.
---	--	--	---	---	-----------

UNIDADE ORGANIZACIONAL: SR/DPF/RO		UNIDADE GESTORA: SR/DPF/RO			EXERCÍCIO: 2010
<i>PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO</i>					
<i>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE</i>					
TIPO DE META: ADMINISTRATIVAS					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META		
1	Aquisição de lixeiras para Coleta Seletiva	Recolher material passível de ser reciclado em cumprimento a portaria vigente	Implantar o sistema de coleta seletiva de lixo no âmbito desta Regional	Realizado o pregão eletrônico nº 16/2009 - Ata de registro de preços com vigência de 12 meses.	NÃO ATINGIDA. O órgão central não descentralizou os recursos necessários a aquisição dos itens face o contingenciamento em 2010.
2	Elaboração de projeto básico e descentralização de recursos para contratação de empresa visando a licitação do projeto executivo e	A fim de garantir maior segurança ao prédio, bem como demais itens que guardam a Delegacia de Ji-Paraná	Contratação de empresa para elaboração do projeto executivo e respectiva execução da	Convocada a Comissão para elaborar o projeto básico visando instauração de procedimento licitatório pertinente. Elaboração de projeto e alocação de recursos	NÃO ATINGIDA. O projeto básico elaborado foi incluído no PLANOB/DLOG/DPF e se encontra aguardando a respectiva dotação

3	Dar início e concluir projeto básico e executivo visando circundar parte lateral desta Superintendência. Proceder via DEOB a inclusão no orçamento 2010/2011	A fim de garantir delimitação e maior segurança para Superintendência Regional, evitando acesso de circulação de pessoas não autorizadas.	100% para contratação de empresa visando elaboração do projeto executivo e construção do muro	Convocação da Comissão para elaboração do projeto básico e executivo visando instauração de procedimento licitatório para posterior contratação de empresa especializada em serviços de engenharia.	NÃO ATINGIDA. Face o contingenciamento de recursos pelo governo federal. O projeto básico elaborado já foi incluído no PLANOB/DLOG/DPF e se encontra aguardando a respectiva dotação orçamentária visando sua execução.
4	Pintura das áreas externas e internas da DPF de Guajará-Mirim	Manutenção das instalações prediais	Autorizar e executar os serviços em sua totalidade	Alocar recursos materiais e financeiros para readequação do espaço, pois já contamos com mão-de-obra contratada.	ATINGIDA. Utilizada a mão-de-obra e materiais previstos em instrumento contratual pertinente.
5	Realizar atualização de vacinas dos servidores anualmente	Prevenção às doenças, bem como facilitar o acesso dos servidores as vacinas	Viabilizar convênio com a SESAU/RO se for o caso, conforme calendário de vacinas anual do Estado.	Alocar recursos humanos bem como gestões junto a Secretaria de Saúde deste Estado.	ATINGIDA. Vacinação contra a Gripe H1N1, hepatite, tétano, febre amarela.
6	Realização da Semana da Saúde na Superintendência e Descentralizadas	Proporcionar condições saudáveis no ambiente de trabalho e conscientização dos servidores quanto à importância da vida saudável dentro e fora do ambiente laborativo.	Realização de palestras semestrais de prevenção e orientação médica	Realizar gestões junto à DGP	ATINGIDA PARCIALMENTE. Foi implementado pela Direção-Geral da Polícia Federal o Programa de Avaliação Clínica Periódica.
7	Aquisição de Material Médico Hospitalar, qual seja, 02 Esfignomanômetros (medidor de pressão)	Valorização do Setor Médico para atendimento aos servidores	Aquisição do equipamento mediante procedimento administrativo	Alocar recursos materiais para posterior instauração de Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, bem como solicitar a descentralização de recursos.	ATINGIDA PARCIALMENTE. Adquirida 1 unidade do item
8	Realizar mudanças de categorias das CNH's de servidores	Necessidades operacionais, especialmente quanto à utilização da Base Móvel e caminhões apreendidos	Viabilizar a habilitação de 2 servidores para tal fim	Gestões via T e D	NÃO ATINGIDA.

9	Substituição de equipamentos de informática obsoletos por novos	Melhoria do desempenho das atividades dos servidores e modernização do sistema de informática da SR e Descentralizadas	Aquisição de ao menos 70% dos equipamentos apresentados pelo NTI como necessários	Alocar recursos materiais e financeiros junto a Unidade Central para posterior instauração de procedimento licitatório pertinente.	ATINGIDA. Adquiridos 30 computadores, impressoras coloridas a laser, scanners.
10	Substituição de Central Telefônica da Superintendência	Visando padronização de equipamentos da SR com as Descentralizadas, haja vista que as Centrais do interior são da marca NEC e a da capital ALCATEL visando otimização dos recursos. Ademais o equipamento utilizado na SR é obsoleto, inviabilizando a utilização	Trocar PABX obsoleto por equipamento novo	Alocar recursos materiais e financeiros junto a Unidade Central e instauração de procedimento pertinente.	NÃO ATINGIDA. Foi formalizado o plano de trabalho contudo não ocorreu a descentralização de recursos pelo órgão central.
11	Readequar o espaço físico destinado a DPF GUAJARÁ MIRIM, BAN/DRCOR, NIP e DRE desta Regional, incluídas reformas e serviços de engenharia quando for o caso	Atender as necessidades operacionais e de compartimentação.	100 % para conclusão dos trabalhos	Realizar gestões junto a Unidade Central visando alocação de recursos orçamentários e financeiros para tal finalidade.	ATINGIDA. quanto a DPF de Guajará-mirim e BAN. Pendente para os outros 2 setores. Procedeu-se a reforma dentro do estipulado em instrumento contratual pertinente
12	Realizar reuniões periódicas com servidores que atuam como supridos	Aplicação correta e efetiva de recursos públicos	Realizar reuniões trimestrais		NÃO ATINGIDA. Contudo foi disponibilizado via intranet formulários e manuais no tocante a aplicação de suprimento de fundos.
13	Redistribuir servidores administrativos para instalação da gestão de contratos bem como das Conformidades Contábil e de Gestão, nomeando servidores para desenvolver tais atividades, promovendo a capacitação destes	Necessidade de implantação do cronograma físico-financeiro, bem como instalação do Setor de conformidade contábil e de gestão	Instalação do Setor de Gestão de Contratos e Conformidades	Sensibilizar o ordenador de despesas para redistribuição de servidores e ainda disponibilizar estrutura física e equipamentos para operacionalização dos setores a serem instaurados	ATINGIDA.

14	Adquirir materiais de consumo para continuidade das atividades operacionais e administrativas do DPF no Estado	Manutenção das atividades operacionais e administrativas sob responsabilidade desta SR e suas Descentralizadas, considerando o desgaste natural de peças e equipamentos destinados às atividades policiais e administrativas.	Aquisição de material de consumo, suprimentos de informática, pneus, etc	Instauração de procedimentos licitatórios próprios e gestões junto a Unidade Central para descentralização de recursos.	ATINGIDA.
15	Aquisição de “fura pneus”	Dar mais segurança às atividades de barreiras policiais e impedir a fuga de veículos.	Adquirir 10 unidades	Realizar gestões junto a Unidade Central para fins de descentralização de recursos.	NÃO ATINGIDA. Ante a indisponibilidade orçamentária.
16	Disponibilização de Imóvel -Casa Funcional pela SPU para atender o DPF em Rondônia	Atender demandas dos servidores, devido à falta de imóveis na capital e cidades de Ji-Paraná e Guajará-mirim	Disponibilização de Casa Funcional pela SPU, especialmente nas cidades de Ji-Paraná e Guajará-mirim		NÃO ATINGIDA. Não há disponibilidade conforme informação prestada pela Superintendência do Patrimônio da União neste estado.
17	Conclusão da doação de terreno pela Prefeitura de Guajará-Mirim; Pedido de inclusão no orçamento 2010/2011 para elaboração de projeto básico e executivo.	O prédio ocupado pela unidade é cedido pelo TJ/RO e compromete o desenvolvimento dos trabalhos ali desenvolvidos dadas as suas condições precárias. Ademais há previsão de construção de ponte ligando GUAJARÁ-MIRIM/RO com a BOLÍVIA, razão pela qual há interesse de obtenção de área nas proximidades da nova ponte com o objetivo de facilitar e otimizar as ações da PF no novo ponto de fronteira.	Iniciar os trabalhos para construção da DPF de Guajará-Mirim	Gestões junto ao patrimônio da União e Prefeitura de GMI para doação e escrituração regular do terreno. Constituição de comissão para elaboração de projeto básico visando à instalação de procedimento licitatório para contratação de empresa de engenharia no tocante à elaboração do projeto executivo e execução da obra.	ATINGIDA. Doador o terreno conforme Decreto nº 6.108 – Prefeitura Municipal de Guajará-mirim, área de 10.000 mts² com remessa ao Patrimônio da União para as providencias quanto à escrituração. Seguindo instruções da DLOG/DPF o projeto básico para a construção nova Delegacia em Guajará-mirim seria elaborado pela DEOB/DLOG/DPF

18	Alterar estrutura do TELECENTRO para mini auditório da SR/RO	A SR/DPF/RO não possui espaço adequado para reuniões com o efetivo, tampouco para reuniões em conjunto com outros órgãos. A readequação do espaço atualmente destinado ao TELECENTRO atenderia as necessidades de realização de reuniões de médio e grande porte, bem como a realização de encontros e seminários de interesse da SR/RO	Criação de um mini auditório e uma sala para reuniões de médio porte	Orçar o valor a ser dispensado para a execução das alterações, verificar a melhor modalidade de execução de serviço, realocar os equipamentos lá existentes e adquirir mobiliário e equipamentos de áudio e imagem para a devida utilização do espaço para a finalidade pretendida. Elaboração de projeto pelo Grupo de Engenharia e alocação de recursos junto a DLOG.	NÃO ATINGIDA.
19	Reformar e ampliar as instalações da Secretaria do Gabinete do Superintendente e do próprio gabinete do Superintendente	As instalações físicas da secretaria e do gabinete do Superintendente não suportam fisicamente a demanda de trabalho, bem como a acomodação de pessoas para a realização de reuniões. Ademais, a instalação de novos equipamentos no gabinete limitou ainda mais o espaço, mostrando-se interessante a ampliação do gabinete e da secretaria para atender às necessidades de reuniões, arquivamento e movimentação de documentos.	Espaço destinado à acomodação de reuniões de pequeno porte, instalação de novos equipamentos alocados no Gabinete, a exemplo de Teleconferência, televisão, impressora. Aquisição de mobiliário ergonomicamente adequado para a secretaria do gabinete.	Elaboração de projeto pelo Grupo de Engenharia e alocação de recursos junto a DLOG.	NÃO ATINGIDA – O projeto básico elaborado já foi incluído no PLANOB/DLOG/DPF e se encontra aguardando a respectiva dotação orçamentária visando sua execução.
20	Aquisições de servidores de domínio e de arquivo para interligar os sistemas de informática das unidades do Estado	Atualmente não há comunicação completa na rede de informática da capital com o interior, o que vem dificultando a transmissão e controle de dados, bem como a manutenção das atividades de informática.	Aquisição de 4 servidores de domínio e 2 servidores de arquivo	Orçar o valor a ser dispensado para a execução das alterações físicas, verificar a melhor modalidade de execução de serviço, realocar os equipamentos lá existentes e adquirir mobiliário e equipamentos para a devida utilização do espaço físico para a finalidade pretendida.	ATINGIDA. Adquiridos 3 servidores.

21	Aquisição “cases” e “HD” para fins de realização de back ups nas unidades da Polícia Federal no Estado	Atualmente não está sendo realizado back up em duplicidade nas unidades do DPF em Rondônia, o que pode comprometer a segurança e preservação das informações em caso de pane ou acidentes nas instalações físicas destinadas aos equipamentos de informática do NTI	Aquisição de 4 conjuntos	Orçar o valor a ser dispensado para a execução das alterações físicas, verificar a melhor modalidade de execução de serviço, realocar os equipamentos lá existentes e adquirir mobiliário e equipamentos para a devida utilização do espaço físico para a finalidade pretendida.	ATINGIDA.
----	--	---	--------------------------	--	-----------

UNIDADE ORGANIZACIONAL: SR/DPF/RO		UNIDADE GESTORA: SR/DPF/RO		EXERCÍCIO: 2010	
PROGRAMA: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO					
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE					
TIPO DE META: INSTITUCIONAL					
Nº	OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	META	AÇÃO	ATINGIDA OU NÃO - RESULTADOS
1	Elaborar levantamento das necessidades para compor o Plano de capacitação da SR, visando a qualificação, capacitação e reciclagem de considerável parcela de servidores desta Regional.	Necessidade de atualização e aprimoramento dos servidores promovendo a participação em Cursos de capacitação nas áreas em que atuam.	Capacitar e/ou reciclar pelo menos 40 servidores policiais e 10 servidores administrativos.	Viabilizar a realização de cursos junto a ANP e outras instituições de ensino policial e administrativo.	ATINGIDA PARCIALMENTE. Foram qualificados mais servidores policiais do que o previsto, nas mais diversas áreas. Em relação aos servidores administrativos a meta não foi atingida.
2	Promover a difusão e discussão sobre conhecimentos técnicos e doutrinários da Polícia Federal	Necessidade de integrar a Polícia Federal na comunidade jurídica e Técnica	Realização de palestras e Seminários		NÃO ATINGIDA. Não foi possível a realização das atividades propostas.
3	Convidar acadêmicos e estudantes de nível médio para visitar as instalações da Polícia Federal	Promover encontros no sentido de promover a integração da Polícia Federal junto à sociedade local e as gerações	Encontros bimestrais		NÃO ATINGIDA. Não foi possível a realização das atividades propostas.

CEZAR LUIZ BUSTO DE SOUZA